

Veículo: Bahia.ba	
Data: 03/07/2020	



Poder Judiciário da Bahia economiza mais de R\$ 100 milhões em 2020

De acordo com o Tribunal, resultado é uma marca histórica de economia, e foi obtido por meio da otimização dos gastos de recursos públicos

O Poder Judiciário da Bahia (PJ-BA) economizou mais de R\$ 100 milhões neste ano de 2020, conforme informado pelas Secretarias que compõem a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA). De acordo com o Tribunal, o resultado é uma marca histórica de economia, e foi obtido por meio de uma política de otimização dos gastos dos recursos públicos, iniciada em fevereiro deste ano, na gestão do desembargador Lourival Almeida Trindade.

Comunicado do Poder Judiciário baiano informa que a economia é fruto de uma ação coordenada, na revisão dos contratos de prestação de serviços e de contenção de diversas despesas, intensificada após a edição, do Ato Conjunto nº 006, de 1º de abril de 2020, que estabeleceu medidas para a redução, racionalização, contingenciamento, contenção, monitoramento e controle das despesas de pessoal e custeio, no âmbito do Poder Judiciário da Bahia.

Em relação à Secretaria de Administração, os números de economia atingem a marca de R\$ 57.880.158,37. Esse resultado é fruto de diversas ações da Diretoria de Serviços Gerais, Diretoria de Engenharia e Arquitetura, Diretoria de Suprimento e Patrimônio e Diretoria de Finanças, que focaram sua atuação na melhoria da gestão e revisão dos contratos, além da realização de novas licitações, para otimização dos termos de referência, que embasaram contratações anteriores.

Teletrabalho

Embora tenha recebido um aumento considerável de demandas, por conta da adoção do regime de teletrabalho, pelos servidores e magistrados do PJ-BA, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (Setim) conseguiu uma economia global estimada em R\$ 30.667.439,07. Desse valor, R\$ 22.835.566,19 correspondem ao exercício 2020, aproximadamente 26,87% do orçamento da Secretaria.

Como parte das medidas de contingenciamento, a Setim realizou a rescisão antecipada de dois contratos de prestação de serviços, representando uma economia global estimada de R\$ 7.651.873,63. A economia estimada, apenas em 2020, é de R\$ 4.751.078,75.

Dando prosseguimento às ações, foram realizadas supressões nos objetos de quatro contratos de prestação de serviços, num valor global estimado em R\$ 10.380.915,50, sendo a economia estimada, apenas no exercício 2020, de R\$ 7.010.166,58.

As medidas adotadas pela Secretaria Judiciária, dentre as quais salienta-se a redução de 30% do contrato com os Correios, viabilizada pela adoção de medidas alternativas de comunicação, como a citação e intimação eletrônicas, representam uma economia, para o ano de 2020, de R\$ 10.455.000.

A Secretaria de Gestão de Pessoas conseguiu economizar, de fevereiro a junho de 2020, R\$ 7.771.436 no que tange às despesas de custeio e investimento, sem que estejam, aí, previstas as reduções de gasto com pessoal, e as medidas adotadas representarão uma redução de R\$ 15.469.722, no exercício financeiro atual.

Já a Secretaria Geral da Presidência conseguiu, no primeiro semestre de 2020, uma economia de mais de R\$ 1,45 milhões, que representa 94% do orçamento previsto para aquela unidade, nos primeiros seis meses do ano. O desembargador-presidente, Lourival Almeida Trindade, ressaltou a importância dos resultados alcançados, e reafirmou o compromisso com a busca de uma justiça acessível a todos e de qualidade, através de uma gestão participativa, transparente e incansável, na defesa do erário público.

Tribuna

Músicos

O deputado Niltinho (PP) sugeriu ao governador Rui Costa o pagamento de cachê emergencial mensal no valor de R\$ 600, pelo período inicial de 90 dias, aos músicos da Bahia durante o período de restrição a aglomerações e contatos em virtude da pandemia causada pelo coronavírus. Ao justificar a medida, Niltinho destacou a importância do pagamento de um cachê em caráter emergencial aos músicos para que possam prover seus susten- tos e de suas famílias.



Niltinho

Sem condições

Em live nas redes sociais, o presidente Jair Bolsonaro disse que o governo não poderá esten- der ainda mais o auxílio emergencial, que terá duas parcelas adicionais. O presidente explicou que o auxílio está sendo financia- do com o aumento da dívida brasileira.

Veículo: Política Livre	
Data: 03.07.2020	Caderno: Economia



Niltinho sugere auxílio emergencial aos músicos baianos

O deputado Niltinho (PP) sugeriu ao governador Rui Costa o pagamento de cachê emergencial mensal no valor de R\$ 600, pelo período inicial de 90 dias, aos músicos da Bahia durante o período de restrição a aglomerações e contatos em virtude da pandemia causada pelo coronavírus.

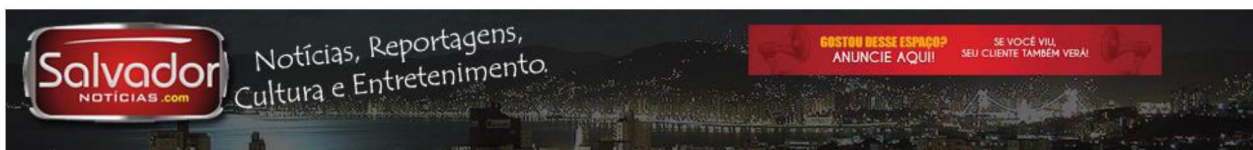
Ao justificar a medida, Niltinho destacou a importância do pagamento de um cachê em caráter emergencial aos músicos para que possam prover seus sustentos e de suas famílias. O deputado lembrou que, por causa da pandemia, o governo decretou estado de calamidade, aprovado por unanimidade pela ALBA.

“Os músicos são uma das categorias mais afetadas pelos efeitos econômicos do coronavírus e devem ser um dos últimos a retornar suas atividades de forma plena, segundo pesquisas de especialistas da área de saúde”, pontuou ele.

Nitinho ressaltou ainda que, desde que foram publicados decretos de fechamento das cidades e da decisão de cancelar o São João do ano de 2020, para que seja respeitado o isolamento social e impedir o avanço da doença, a renda dos músicos praticamente foi embora, já que a atividade deles é inteiramente dependente da formação de aglomerações.

“Assim, por serem autônomos e não contarem com seguro-desemprego, nem poderem se beneficiar de outras proteções usadas pelos trabalhadores formais nessa crise – como FGTS, aviso prévio, afastamento médico ou auxílio-doença, eles ficaram deixados à própria sorte”, alertou o parlamentar.

Veículo: Salvador Notícias	Página: Online
Data: 03/07/2020	Caderno: Cidades



Seja bem-vindo. Hoje é Sexta-feira, 03 de julho de 2020

Saiba quais são os carros que não pagam o IPVA 2020

O Imposto sobre Propriedade Veicular Automotiva (IPVA) é um tributo pago todos os anos por proprietários de veículos. Mas você sabe quem, de fato, é obrigado a pagar o imposto anual? A resposta é simples, mas varia de estado para estado.

Os veículos com mais de 10 anos de fabricação têm isenção do IPVA nos seguintes estados: Roraima e Rio Grande do Norte.

Há, ainda, estados que preveem isenção por um tempo maior:

15 anos: Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Goiás, Pará, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe e Tocantins.

18 anos: Mato Grosso,

20 anos: Alagoas, Acre, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

No Estado de Santa Catarina, os veículos que são fabricados até 1985 são isentos do tributo. Em Pernambuco e Minas Gerais, há um sistema diferente na cobrança do IPVA, promovendo uma redução progressiva do valor do imposto.

Acesse Agora as Principais Notícias no Brasil e fique atualizado

A conta, vale destacar, é simples. O proprietário deve consultar o documento oficial do seu carro para verificar o ano de fabricação e fazer a conta referente à validade de cada estado citado acima.

No CRV ou CRLV, consta o "ano de fabricação" e o "ano-modelo". Para cálculo do IPVA, é levado em conta o "ano de fabricação" para a avaliação do valor venal.

Lojistas, pessoas físicas e a tabela FIPE consideram o "ano de fabricação" para estabelecer uma referência de valor de mercado.

Fonte noticias concursos

Neto e Rui comentam pressão de empresários

Gil Santos

REPORTAGEM
gilvan.santos@redebahia.com.br

O prefeito ACM Neto e o governador Rui Costa, que participaram ontem do ato cívico em homenagem aos 197 anos da Independência da Bahia, afirmaram sofrer pressões de empresários para reabrir o comércio de Salvador e do restante do estado. Os dois, no entanto, disseram que isso somente acontecerá se o cenário da pandemia permitir, pois o foco é 'salvar vidas'. Apesar das homenagens ao general Labatut, aos caboclos e aos mortos na guerra de 1823, o tema coronavírus marcou o evento.

O prefeito ACM Neto disse que esteve em reunião com representantes empresariais e líderes do comércio, anteontem, e na ocasião, ouviu os argumentos dos empresários e atualizou as informações sobre a covid-19. "A ba-

Ato cívico do 2 de Julho foi marcado por homenagens aos 'heróis da saúde' e pelo tema da pandemia

Prefeito ACM Neto e governador Rui Costa participaram do ato cívico pelo Dois de Julho

se fundamental das nossas decisões é impedir que haja um colapso no sistema de saúde de Salvador. Todas as decisões que tomamos do dia 13 de março para cá, quando editamos o primeiro decreto, todas elas foram exatamente nesse mesmo sentido. Eu tenho certeza que nenhum de nós vai desviar desse foco porque o que pode haver de pior em Salvador é se multiplicar o número de pessoas precisando de atendimento hospitalar e encontrando essa porta fechada", afirmou.

Neto afirmou também que esse é o maior desafio da sua vida pública e que entende o sofrimento dos empresários, mas que a vida está acima de qualquer outra questão. Ele disse também que não pretende ceder a nenhuma pressão que não seja adequada e devida, e que as decisões serão tomadas a partir de critérios objetivos, científicos e transparentes.

Já o governador Rui Costa contou que há uma questão moral envolvida na pressão dos empresários e que as vidas não podem ser banalizadas. "Ontem (anteontem), recebi uma correspondência da Federação do Comércio pedindo que abra tudo em todo o estado. Qual o limite para essas pessoas de número de mortos que nós podemos aceitar para decidir abrir tudo de qualquer jeito, dizendo apenas que os estabelecimentos tomem os cuidados necessários? Aceitar 1,5 mil mortes por mês? E não está aberto, se abrir vai pular para 3 mil mortes por mês. Temos que decidir conjuntamente.

“Tenho certeza que nenhum de nós vai desviar desse foco porque o que pode haver de pior em Salvador é se multiplicar o número de pessoas precisando de atendimento hospitalar e encontrando essa porta fechada ACM Neto

Prefeito de Salvador, sobre as decisões tomadas pela prefeitura na pandemia

“Qual o limite para essas pessoas de número de mortos que nós podemos aceitar para decidir abrir tudo de qualquer jeito, dizendo apenas que os estabelecimentos tomem os cuidados necessários? Aceitar 1,5 mil mortes por mês? Se abrir vai pular para 3 mil mortes por mês Rui Costa

Governador da Bahia, sobre as pressões dos empresários para reabrir o comércio

O que o povo baiano quer? A vida de 3 mil pessoas por mês e o preço? Que esse dia possa servir para a gente refletir”.

HERÓIS DA RESISTÊNCIA

O ato simbólico na Lapinha começou por volta das 9h. No discurso de abertura, o prefeito ACM Neto agradeceu o empenho dos profissionais de saúde e fez uma comparação entre a atuação deles na pandemia e os heróis que consagraram a independência em 2 de julho de 1823. “De certa forma, esse é um momento histórico. Assim como no passado aqueles heróis lutaram pela nossa independência, pela liberdade do nosso país, hoje no presente nós temos muitos heróis em luta no campo de batalha. Não é a batalha das armas, não é a batalha do enfrentamento físico, não é a batalha no campo, ela ocorre hoje nos leitos hospitalares”, disse.

Antes do prefeito discursar, o governador Rui Costa falou sobre os desafios dos novos tempos. Ele frisou que é preciso que a população colabore ficando em casa para ajudar a conter o avanço do vírus. Sem citar nomes, Rui criticou a morosidade da União em tomar decisões relacionadas à pandemia e a postura de políticos que minimizaram o problema. “Não é possível minimizar o valor da vida humana e os países que fizeram isso pagaram um preço muito alto, e nós estamos pagando um preço muito alto. Estamos chegando a 120 dias de pandemia. Nenhum país do mundo ficou tanto tempo nessa situação”.

MARINA SILVA



Tribuna

Rui sobre Covid: "Quem despreza o adversário tende a ser derrotado"

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O governador Rui Costa (PT) criticou o combate ao Covid-19 no Brasil na semana em que o vírus matou 60 mil brasileiros. Durante a cerimônia de hasteamento das bandeiras na celebração do Dois de Julho em Salvador, realizada na manhã de ontem, o petista disse que o país escolheu estratégias erradas para combater o vírus.

"A batalha do coronavírus no Brasil tem sido longa demais. Infelizmente o país não escolheu a estratégia correta para enfrentar o vírus. Minimizou o adversário e toda vez que você

despreza o adversário, seja numa guerra ou no esporte, você tende a ser derrotado. Quem entra de salto alto achando que já ganhou a partida no esporte, por exemplo, costuma sair derrotado", declarou. "Os países do ocidente em especial que minimizam o vírus estão pagando um preço muito alto e nós estamos pagando um preço alto. Chegamos no 2 de julho com quase 120 dias. Nenhum país do mundo ficou tantos dias nessa situação, tentando conter o vírus, fechando abrindo, abrindo e fechando".

Na ocasião, Rui ainda citou o prefeito ACM Neto (DEM). Os dois têm alinhado discurso, apesar de serem adversários políticos. "Todos que estão colocan-

do a vida humana como prioridade chegam à exaustão, às vezes psicológica, pelo volume de pressão, pela dispersão de opiniões que se estabilizou no Brasil".

Ele disse tem estudado de maneira criteriosa a possibilidade de liberação do comércio no estado. "Estamos há duas semanas com média de 50 mortes por dia. Em 30 dias poderemos ter 1.500 mortes. Ontem recebi uma carta da Federação do Comércio para que abra tudo em todo o Estado. Qual o limite aceitável para essas pessoas de número de mortes que podemos aceitar para decidir abrir o comércio de qualquer jeito dizendo que apenas os estabelecimentos tomarão cuidado?", questionou. "É aceitável 1.500 mor-



O GOVERNADOR Rui Costa criticou o combate à Covid na semana em que o vírus matou 60 mil

tes por mês? Que não está aberto, se abrir, pular para 3 mil por mês? Fica parecendo que aqui tem autoridade que decide sozinho o futuro das pessoas, mas temos que decidir conjuntamente: o que a sociedade baiana quer? Quer admitir 3 mil morte/mês? Porque vai dobrar. Não tenham dúvida, uma semana depois de abrir, vai dobrar. Ninguém pode dizer que não sabia o que iria acontecer", completou.

Também estiveram presentes no local os presidentes da Assembleia Legislativa da Bahia, da Câmara de Vereadores e do

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), Nelson Leal, Geraldo Júnior e Eduardo Moraes de Castro, respectivamente, entre outras autoridades e a imprensa.

ZAMBELLI - Rui Costa também se manifestou sobre uma declaração de Carla Zambelli (PSL), deputada federal aliada de Jair Bolsonaro, sobre uma possível investigação da Polícia Federal na Bahia contra ele e o governador de São Paulo, João Dória. "Se ela comanda hoje os órgãos, eu só tenho a lamentar isso", respondeu ao ser questionado

pela imprensa sobre o assunto, ironizando. "Olhe minha cara de preocupado com isso. Quem tem consciência da correção, não tem receio de absolutamente nada".

A declaração de Zambelli foi feita à Rádio Gaúcha na última terça-feira. Na ocasião, ela disse: "É bem possível [que atinja Dória]. Outra pessoa que tem que estar preocupada é o governador da Bahia. Deve ter tido um superfaturamento ali".

Rui ainda criticou uma recomendação feita pelo Ministério Público do Estado (MP-BA) para que o contrato de gestão do Hospital Espanhol não fosse renovado.

"A gente tem coisas que precisam ter o mínimo de bom senso. Você notifica um órgão público, dá 10 dias e, no dia seguinte, solta nota para a imprensa, falando que não recomenda renovação. Quem iria renovar contrato de emergência? De onde saiu essa ideia?", questionou.

Tribuna

Hotéis recuam e não vão mais reabrir em julho

RAYLLANA LIMA
REPORTER

As redes hoteleiras instaladas em Salvador mantinham expectativa de reabrir seus estabelecimentos ainda neste mês de julho. A perspectiva era motivada pela possibilidade de retomada gradual das atividades econômicas e culturais na cidade, bem como o processo de reabertura gradual do aeroporto, que começou na quarta-feira (1º).

Mas o setor recuou devido a prorrogação dos decretos da Prefeitura, anunciado na terça-feira (30) pelo prefeito ACM Neto (DEM),

que decidiu pela manutenção da suspensão do funcionamento de bares e restaurantes. Os hotéis optaram por adiar a reabertura, muitos deles decidindo voltar às operações somente em dezembro.

"Nós esperávamos que ontem os decretos da prefeitura fossem suspensos, com a retomada dos diversos serviços e atrativos de Salvador. Tinha a possibilidade de abrir, o prefeito optou por uma posição mais conservadora e conjunta com o governo do Estado. Infelizmente, foi protelado mais uma vez, e os hotéis recuaram. A grande maioria

que estava programada para voltar em 1º de julho transferiu a data para o final do mês, outros para agosto, outros para dezembro", disse ao bahia.ba o presidente da FeBHA (Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação), Silvio Pessoa.

A decisão conjunta a que se refere Silvio é a união entre o governador Rui Costa (PT) e Neto para elaborar um único protocolo que determinará as diretrizes para retomada das atividades econômicas em todos os municípios baianos afetados pela pandemia do novo coronavírus, que provoca a doença Covid-19. O prefeito chegou

a sinalizar a possibilidade de anunciar o protocolo na terça, mas, segundo ele, ainda falta ajustar alguns detalhes.

"O turista não virá a Salvador se não tiver todos os atrativos culturais, gastronômicos e ecológicos funcionando. Não vai vir para ficar em um quarto de hotel. Então, os hotéis recuaram, até porque não adianta ficar aberto se não tiver turista para ocupar os quartos. Infelizmente, os setores de bares e restaurantes e hotelaria vai continuar passando pela pior crise que já tivemos nos últimos 50 anos", disse o presidente da FeBHA.

Estabelecimentos vão abrir com a retomada de atividades econômicas

Presidente da ABIH-BA (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia), Luciano Lopes disse que os hotéis que recuaram na reabertura só pretendem voltar a operar quando ocorrer a retomada das ati-

vidades econômicas na cidade.

"Esse movimento de retomada dos hotéis é muito mais uma situação mercadológica. Não há nenhum decreto específico que proibiu o funcionamen-

to dos hotéis. No entanto, esse funcionamento está atrelado à abertura de bares e restaurantes, de igrejas, porque dificilmente o turista vai vir para Salvador ficar preso em hotel. Isso é muito mais para o turista

de negócios, que fica no hotel trabalhando. Logicamente essa abertura precisa vir com muita cautela. A gente entende que essa retomada tem que ser progressiva, não pode ser total", ponderou Lopes.

Unidade prisional é inaugurada na Mata Escura

Ontem (02), dia em que a Bahia comemora a sua Independência, o Sistema Penitenciário ganha um importante reforço no combate à pandemia com a inauguração da Unidade Prisional Extraordinária.

Localizada no Complexo Penitenciário da Mata Escura, a referida Unidade Prisional fora recuperada com investimentos na ordem de R\$ 1.600.000,00 pelo Governo da Bahia, através da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, para receber exclusivamente os presos diagnosticado com

sintomas do novo coronavírus (Covid-19) da capital e Região Metropolitana de Salvador.

Composta por 64 celas e capacidade para receber 262 presos, a Unidade Prisional Extraordinária, contará com Equipes de Profissionais de Saúde e Policiais Penais, especialmente, capacitados no combate a Covid-19.

Segundo o Secretário Nestor Duarte essa unidade de isolamento e cura traz mais segurança nos cuidados com os internos que venham a ser acometidos pela Covid-19.



REFORMA

Foram investidos mais de R\$ 1 mi na recuperação

A TARDE

O jornal de toda Bahia

COVID-19 Mais de 400 cidades solicitaram o atendimento gratuito

SERVIÇO 155 JÁ ATENDEU MAIS DE 94 MIL PESSOAS NA BAHIA

TAINÁ CRISTINA*

Desde março, quando a Bahia passou a contar com o canal Telecoronavírus 155, que tem por objetivo prestar

orientação e esclarecimentos à população durante a pandemia, o serviço gratuito já realizou mais de 94.285 atendimentos, até terça-feira, 30.

orientação e esclarecimentos à população durante a pandemia, o serviço gratuito já realizou mais de 94.285 atendimentos, até terça-feira, 30.

No último mês, o canal de comunicação recebeu um número significativo de ligações de mais de 400 municípios do interior do estado. Conforme informações da pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Bahia, Dra. Viviane Boaventura, uma das responsáveis pelo serviço, desde a implementação do 155 foram mais de 10 mil soli-

dos casos no interior do estado.

Orientações

Ao fazer contato com o 155 o usuário ouve uma mensagem gravada sobre o serviço gratuito, além de orientações de cuidados e prevenção à doença. Em seguida, os voluntários realizam uma espécie de triagem para classificar os casos, indicar a gravidade e dar as orientações necessárias. Dessa forma, os casos que apontarem gravidade serão encaminhados para unidades de saúde e as pessoas receberão atendi-

mento presencial com um profissional de saúde.

Viviane Boaventura alerta para as pessoas ficarem atentas aos sintomas.

“Alteração na capaci-

dade de sentir o cheiro e o gosto dos alimentos é um sinal de infecção por coronavírus. Febre, tosse, dor de garganta e diarreia podem ser indicativos de infecção pelo vírus. A pessoa deve ligar para o 155, manter o isolamento e receber orientação para saber se precisa ou não ir até a unidade de saúde. Quase 40% das ligações que recebemos hoje são de pessoas com esse tipo de alteração. Existem critérios para classificar se a pessoa tem necessidade de ir para uma unidade”, esclarece.

O atendimento ao Telecoronavírus 155 é realizado por estudantes do quarto ao sexto ano de medicina, supervisionados por médicos. O modelo de atendimento deve seguir até 31 de julho e as ligações podem ser feitas das 7h às 19h.

Conforme a pesquisado-

“Quase 40% das ligações, hoje, são de pessoas com alteração”

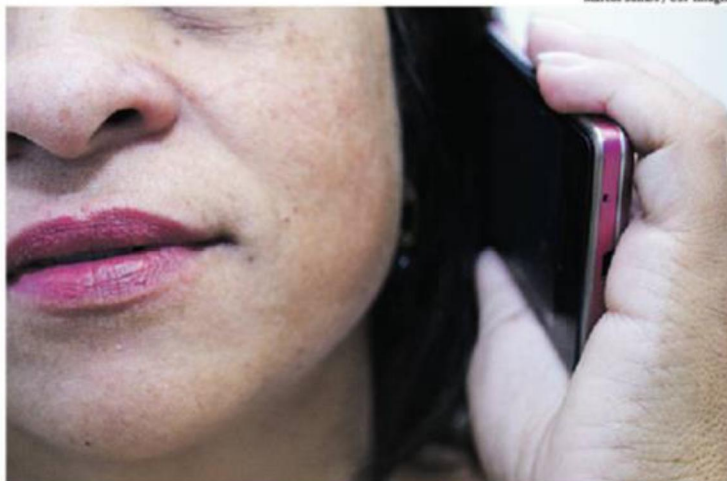
VIVIANE BOAVENTURA, cientista

ra, mais de mil voluntários aderiram ao serviço. “Os estudantes fazem treinamento virtual para operar no sistema de triagem. Esse sistema segue uma rotina do

que deve ser feito e de acordo com o nível de gravidade. O principal objetivo é identificar os casos leves e orientar essas pessoas a não sair de casa, para diminuir a circulação do vírus”, ressaltou ela.

O canal de comunicação 155 que opera na triagem a distância nos casos de suspeita da doença é fruto de uma parceria entre o governo do estado, a Universidade Federal da Bahia (Ufba) e a Fiocruz Bahia.

*SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO



Marcon Santos / USP Imagens

Estudantes voluntários do 4º ao 6º semestre atendem às ligações das 7h às 19h

COVID-19 Depois de dois meses em queda, setor avança na passagem de abril para maio deste ano, aponta pesquisa; alta é a maior desde junho de 2018

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CRESCCE 7% EM MAIO

VITOR ABDALA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A produção industrial brasileira avançou 7% na passagem de abril para maio deste ano, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alta, que é a maior desde junho de 2018 (12,9%), veio depois de duas quedas consecutivas, devido à pandemia do novo coronavírus: em março (-9,2%) e em abril (-18,8%).

Em relação a maio do ano passado, no entanto, houve uma queda de 21,9%, o sétimo resultado negativo consecutivo neste tipo de

comparação. A produção industrial acumula quedas de 8% na média móvel trimestral, de 11,2% no acumulado do ano e de 5,4% no acumulado de 12 meses.

Na passagem de abril para maio, a maior alta na produção foi observada entre os bens de consumo duráveis (92,5%), seguida pelos bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (28,7%).

Os bens de consumo semi e não duráveis cresceram 8,4% e os bens intermediários, isto é, os insumos industrializados usados no setor produtivo, subiram 5,2%.

Ramos pesquisados

Vinte dos 26 ramos industriais pesquisados tiveram aumento na produção, com destaque para veículos au-



Produção de veículos automotores, reboques e carrocerias registrou alta de 244%

tomotores, reboques e carrocerias (244,4%); coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (16,2%); e bebidas (65,6%).

Esses crescimentos foram impulsionados, em grande medida, pelo retorno à produção de unidades produtivas, após interrupções ocorridas devido à pandemia de Covid-19.

A partir do último terço de março, várias plantas industriais foram fechadas, sendo que, em abril, algumas ficaram o mês inteiro praticamente sem produção, culminando no pior re-

sultado da indústria na série histórica da pesquisa. O mês de maio já demonstra algum tipo de volta à produção, mas a expansão de 7% se

deve, principalmente, a uma base de comparação muito baixa. Mesmo com o desempenho positivo, o total da indústria ainda se encontra 34,1% abaixo do nível recorde, alcançado em maio de 2011", afirma o gerente da pesquisa, André Macedo.

Em relação a maio do ano passado, no entanto, houve queda de 21,9%

Atividades em queda

Por outro lado, seis atividades tiveram queda na produção, entre elas as indústrias extrativas (-5,6%) celulose, papel e produtos de papel (-6,4%) e perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (-6%).

GM / Divulgação

Atividade econômica cresce 0,6% em maio

AGÊNCIA BRASIL

Rio de Janeiro

A primeira prévia do Indicador de Atividade Econômica (IAE) para maio de 2020, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), apontou crescimento de 0,6% da economia em maio em comparação a abril. Segundo a FGV, este resultado mostra uma pequena recuperação após as fortes retrações registradas em março e abril em decorrência da pandemia da Covid-19. Apesar dessa leve recuperação, a economia ainda está muito abaixo do nível anterior à chegada do coronavírus.

As atividades industriais e de serviços continuam as com os maiores impactos negativos, com quedas significati-

vas embora menores que as registradas em abril. As quedas mais acentuadas na indústria foram na de transformação, seguida da de construção. Nos serviços, as maiores quedas foram no comércio e nos transportes.

No trimestre móvel, o indicador aponta retração de 10,1% no trimestre, em relação ao trimestre encerrado em fevereiro. Quando comparado ao mesmo período de 2019, o trimestre encerrado em maio teve um recuo de 8,8%. O IAE-FGV é um indicador que antecipa a tendência da economia brasileira a partir das principais pesquisas mensais de atividade divulgadas pelo IBGE.

Contas públicas devem fechar o ano com déficit de R\$ 828,6 bi

KELLY OLIVEIRA
Agência Brasil, Brasília

As contas públicas devem fechar este ano com déficit de R\$ 828,6 bilhões. O valor corresponde a 12% de tudo o que o país produz – Produto Interno Bruto (PIB). A previsão foi divulgada ontem pelo Ministério da Economia. O resultado é pior do que estava projetado anteriormente – déficit de 9,9% do PIB.

De acordo com as projeções do ministério, em 2021 o déficit primário (receitas menos despesas, sem considerar os gastos com juros) deve chegar a 2,3% do PIB. Em 2022, o resultado negativo projetado é de 1,5% do PIB, chega a 1% do PIB em 2023, a 0,5% do PIB em 2024 e a 0% do PIB em 2025. Em 2026, o governo projeta que as contas públicas voltarão a

ficar positivas, com superávit primário em 0,5% do PIB, subindo para 1% do PIB em 2027, para 1,5% em 2028 e para 2% em 2029.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, informou que o esforço primário adicional, devido às medidas de enfrentamento à crise gerada pela pandemia de Covid-19, soma R\$ 521,3 bilhões. Desse total, R\$ 508,5 bilhões são aumento de despesas e R\$ 12,8 bilhões são perdas de receitas, geradas por redução a zero de alíquotas de tributos.

A expectativa é que a dívida bruta do governo geral, que contabiliza os passivos dos governos federal, estaduais e municipais, alcance 98,2% do PIB ao final de 2020, aumento de 22,4% do em relação a 2019 (75,8%).

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 03/07/2020	Página:

Correio*

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redebahia.com.br

[@satelite](https://twitter.com/satelite)

●● Sem o Fundeb, os estados do Nordeste serão os mais prejudicados, pois 98% dos municípios perderiam recursos. Colocar em votação na Câmara a pauta do Fundeb é fundamental
Zé Neto

Deputado federal pelo PT da Bahia, ao defender a aprovação do projeto que renova a validade do fundo voltado à educação básica.

Papel passado

Relator da Operação Faroeste no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o ministro Og Fernandes homologou o acordo de delação firmado entre a Procuradoria-Geral da República (PGR) e o advogado Júlio César Cavalcanti Ferreira, apontado como operador da venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ). Na decisão em que autorizou a colaboração premiada, documento ao qual a Satélite teve acesso na íntegra, o ministro destaca que os depoimentos prestados e as provas fornecidas por Ferreira durante a negociação do acordo deram origem a 25 anexos, grande parte ligada às investigações da Faroeste contra desembargadores, juizes, servidores do Judiciário, advogados e empresários suspeitos de envolvimento com o esquema no TJ.

FILA DE ALVOS

Os indícios que constam nos anexos da colaboração, ressaltou Og Fernandes, "trazem como delatados autoridades dos mais variados órgãos, dos quais diversos detêm foro por prerrogativa de função" no STJ.

Mira dupla

Embora o material seja mantido sob sigilo pela equipe da Faroeste na PGR, a coluna apurou junto a investigadores da operação que um dos anexos da colaboração de Júlio Cesar Ferreira tem como ponto de partida a compra de uma casa no luxuoso condomínio Porto das Baleias, na Praia do Forte. Em outro, ainda segundo as fontes, o pivô é um escritório de advocacia conhecido pelas ligações com integrantes da cúpula do TJ já investigados formalmente ou que estão no radar da Polícia Federal (PF). A homologação do acordo foi assinada em 31 de março, contudo, a decisão ficou em segredo para não atrapalhar novas fases do cerco.

Ajuste de contas

Para receber os benefícios decorrentes da colaboração premiada, o advogado acatou duas condições impostas pela PGR: pagar R\$ 2,2 milhões ao Fundo Nacional da Saúde para custear ações de combate à covid-19 e cumprir pena de 16 anos de prisão, sendo seis meses em regime fechado na carceragem da PF em Brasília, dois anos e meio no semiaberto e cinco no aberto, com recolhimento domiciliar. O delator também aceitou perder a posse de quatro veículos de luxo, entre os quais uma BMW 535i.

Fogo amigo

Líderes da base aliada ao Palácio de Ondina acham que o deputado federal Cacá Leão (PP) se movimentou para enterrar a dobradinha do partido com o PCdoB na disputa pela prefeitura de Salvador. O acordo abriu espaço para a eventual chapa encabeçada pela deputada comunista Olívia Santana, com o deputado pepista Niltoninho de vice, e foi costurado entre o secretário-geral do PP, Jabes Ribeiro, e o presidente estadual do PCdoB, Davidson Magalhães. No entanto, Cacá estaria atuando nos bastidores para dinamitar a aliança e assumir as negociações da legenda na capital.

Linha de corte

De modo mais discreto que o PP, o PSD começou a ensaiar afastamento do bloco controlado pelo PT. Críticas crescentes ao governador Rui Costa foram vistas como sinais claros.

ECONOMIA

Produção industrial do país cresce 7%, diz IBGE

PESQUISA Depois de cair ao menor nível da história em abril, com retração de 18,8%, a produção industrial subiu 7% em maio, na comparação com o mês anterior, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O crescimento na produção, viabilizado pela flexibilização das medidas de isolamento social em algumas partes do país, foi impulsionado pela base de comparação baixa. O IBGE pondera que a retomada ainda foi insuficiente para reverter a queda de 26,3% acumulada nos meses de março e abril. Com isso, o setor fabril permanece no segundo patamar mais baixo desde o início da série histórica da pesquisa. "É natural esse crescimento (de maio) em

26%
é a queda acumulada do setor industrial do país nos meses de março e abril, segundo a pesquisa do IBGE

função de o mês de abril ter sido muito caracterizado por uma interrupção e paralisações de plantas produtivas. Então, com a volta da produção em maio, mesmo que de forma parcial, isso tem algum tipo de acréscimo em relação aos meses anteriores", diz André Macedo, gerente na Coordenação de Indústria do IBGE.

A indústria operava em maio 21,2% abaixo do patamar em que estava no mês de fevereiro, antes que tivesse início no país a crise sanitária provocada pela pandemia. Na passagem de abril para maio, houve aumento na produção em 20 das 26 atividades industriais pesquisadas. As influências positivas mais relevantes foram de veículos automotores (244,4%), derivados do petróleo e biocombustíveis (16,2%) e bebidas (65,6%).

O resultado geral da pes-

quisa indica que o período mais crítico da economia foi em abril, avaliou o economista-chefe do Haitong Banco de Investimento, Flávio Serrano, que também espera um desempenho positivo do setor no mês de junho. Todavia, é preciso cautela antes que se possa comemorar.

"Precisamos ver quanto iremos perder de nível de atividade em relação ao patamar pré-crise quando as condições estiverem mais próximas da normalidade e monitorar os riscos de uma segunda onda do coronavírus, que poderia fazer com que a atividade voltasse a contrair", afirmou Serrano.

O economista-chefe da SulAmerica Investimentos, Newton Camargo Rosa, acredita que o resultado da produção industrial em maio ajuda os empresários a verem a economia com olhos mais otimistas

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Indústria: maio não faz verão

A alta de 7% na indústria em maio é o primeiro dos números que devem parecer favoráveis no mês, mas nem de longe nos tiram do poço. A indústria está 20% abaixo de fevereiro e produz 34% menos do que em maio de 2011. Mesmo com toda a queda na economia, o Brasil conta mais de 60 mil mortos pela pandemia. Para a economia, o melhor teria sido usar os remédios certos e nas dosagens corretas para a saúde: alto distanciamento social, testagem em massa e liderança política agregadora. Isso ajudaria a economia. O Brasil teve distanciamento hesitante, baixa testagem e uma presidência desagregadora.

A queda da produção é decorrência do distanciamento social. Se ele tivesse sido feito de forma eficiente, sem idas e vindas, o Brasil teria saído de forma mais rápida e segura. Mas o presidente Bolsonaro atacou governadores e minou a adesão ao distanciamento. Os governadores e prefeitos foram pressionados pelos grandes empresários e alguns estão cedendo. Bolsonaro usou sua posição de liderança para confundir. Essa hesitação tem o pior resultado para a economia, porque paga-se o preço da interrupção da

atividade, mas não se tem nem uma redução expressiva das mortes, nem se prepara o terreno para uma retomada segura. Essa estratégia é ruim também do ponto de vista fiscal.

"Quanto mais tempo demorar a pandemia, mais o governo vai gastar. É mais fácil bancar dois meses do que seis de auxílio emergencial. Por isso, alguns países fizeram restrição na entrada de pessoas e adotaram protocolos muito duros. Seria melhor ter dois meses terríveis, muito duros, mas depois começar a reabrir. Se o Brasil tivesse feito um isolamento realmente forte por dois meses, poderíamos já ter um terceiro trimestre mais normal", disse Sílvia Matos, do Ibre/FGV.

O economista especializado em saúde, André Medici, disse

algo muito parecido na entrevista que concedeu ontem na CBN. O melhor remédio para a economia coincidentemente é o melhor remédio para a pandemia.

Dentro dessa perspectiva é que deve ser olhado o dado de ontem da produção industrial. O número positivo não tranquiliza. Primeiro porque apenas atenuou parte das duas quedas anteriores, segundo porque a abertura da economia está sendo prematura.

Um dos dados que o IBGE trouxe derruba a versão do governo sobre a conjuntura. A pandemia não foi um raio em céu azul. A indústria brasileira está caindo há sete meses seguidos na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Segundo análise da XP Investimentos, menos de 30% dos principais

setores industriais apresentaram crescimento consistente nos últimos 6 a 12 meses.

O que explica o 7% positivo de maio é a reabertura de algumas fábricas que simplesmente haviam fechado no mês anterior. O caso mais claro é o do setor de automóveis e carrocerias. Teve um aumento de 244,4% porque compara com a total paralisação do mês de abril, mas ainda está 72% abaixo de fevereiro. O setor automobilístico explica em grande parte a alta de 92% dos bens de consumo duráveis. Por outro lado, a indústria de alimentos cresceu em maio, mesmo em relação ao mesmo mês do ano passado, 2,9%.

Quando os economistas afirmam que o pior da crise ficou para trás, eles querem dizer que os números mais fortes de queda

ficarão concentrados nos meses de abril e maio. Mas isso não significa uma retomada consistente do nível de atividade. Especialmente o setor de serviços preocupa, porque é o que mais emprega no país e é o que mais deve sofrer restrições durante o período de reabertura.

A "O terceiro trimestre começou sem que a pandemia tenha acabado. É a grande dúvida é sobre o setor de serviços. Ele não volta com a mesma força, pois sofre o efeito mais generalizado das restrições. E tem segmentos dos serviços que mesmo com a abertura não ficarão normalizados, como os restaurantes, bares, cinemas. O home office deve permanecer em várias áreas, o que afetará a contratação de funcionários de limpeza, segurança, transporte", afirmou Sílvia.

Ainda será penoso o nosso caminho. Alguns dados serão positivos, mas apenas setoriais e localizados. O Brasil está vivendo este ano uma recessão de dimensões que nunca viveu. Fomos atingidos, como o mundo todo, por uma pandemia, mas a baixa qualidade da resposta nos trouxe a um momento de extrema incerteza. O país está abrindo a economia, antes de ter controlado o vírus.

Correio*

24h

ECONOMIA

FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



@donaldsongomes

VAI ARRENDAR

Quem torce por melhorias no Porto de Aratu recebeu um importante sinal positivo do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, ontem. O arrendamento dos dois terminais que movimentam granéis sólidos serão licitados este ano, garantiu o ministro. Por outro lado, não há ainda perspectiva para um processo de privatização de todo o Porto de Aratu, como defendem algumas correntes. Tarcísio disse que o foco neste sentido até 2022 são quatro outros terminais.

OLHANDO ADIANTE

Enquanto a Bahia ainda sonha em ver concluída a primeira etapa da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), entre os municípios baianos de Ilhéus e Caetité, Tarcísio Freitas destaca o trabalho para viabilizar o segundo e o terceiro trecho, ligando Caetité a Barreiras e Barreiras a Figueirópolis, respectivamente. O ministro confirmou a licitação do primeiro trecho para este ano e a expectativa de acelerar as obras no segundo trecho, com a presença do Exército, e na otimização do terceiro trecho.

●● **Aratu tem totais condições de entrar no processo de desestatização, mas isso vai ficar para um segundo momento**

Tarcísio Freitas
Ministro da Infraestrutura

Novas sondagens

Enquanto aguarda a conclusão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, a Companhia Vale do Paramirim (CVP) segue investindo no desenvolvimento da reserva de minério de ferro, cobre e fosfato na região Sudoeste. O geólogo João Cavalcanti, presidente da CVP, está desde o início da semana na região de Caetité acompanhando as operações de sondagem. Segundo ele, o projeto tem potencial para produzir 30 milhões de toneladas de minério de ferro com alto teor. Cavalcanti diz contar com a parceria de três grandes bancos na busca por investidores para um aporte de R\$ 2 bilhões no projeto.

Sinal de confiança

A Dow anunciou nesta semana um acordo com a Atlas Renewable Energy para a aquisição de energia solar, que será utilizada nas unidades da empresa em Aratu. Diego Arango, diretor geral da unidade de Aratu, destaca o acordo como importante por ser sustentável, por tornar a operação mais competitiva, mas também por demonstrar a confiança da empresa na Bahia. "Estamos aqui há 42 anos e continuamos fazendo acordos de longo prazo. Este terá duração de 15 anos. Isso mostra que temos um vínculo com o estado", destaca.

30

por cento da energia usada em Aratu será de matriz solar, estima DOW

Investimento

Quem segue firme no sentido contrário ao momento de retração da economia é a Carbonor, indústria química baiana e maior produtora de bicarbonato de sódio da América Latina. A empresa inaugurou mais uma unidade no Polo Industrial de Camaçari, aumentando em 75% a sua capacidade produtiva, além de gerar 25 novos empregos diretos e outros 75 indiretos.

NO HORIZONTE

● **Delivery.** A Consulting está lançando no mercado um serviço de consultoria para empresas que desejam apostar no delivery.

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

PANDEMIA DERRUBA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

CRISE A produção de petróleo no Brasil diminuiu 6,5% em maio de 2020, na comparação com abril, e aumentou 1,3% na comparação com o mesmo período de 2019. A produção de gás natural caiu 7,8% na comparação mensal e diminuiu 3% na comparação anual. Os dados estão no Boletim Mensal da Produção de Petróleo e Gás Natural, divulgado hoje pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A produção nacional no mês de maio foi de 3,485 MMboe/d (milhões de barris de óleo equivalente por dia), com um total de 2,765 MMbbl/d (milhões de barris por dia) de petróleo e 114 MMm³/d (milhões de m³ por dia) de gás natural.

ROMBO NAS CONTAS PÚBLICAS PODE CHEGAR A R\$ 828,6 BI

GOVERNO As contas públicas devem fechar este ano com déficit de R\$ 828,6 bilhões. O valor corresponde a 12% de tudo o que o país produz – Produto Interno Bruto (PIB). A previsão foi divulgada ontem pelo Ministério da Economia. O resultado é pior do que estava projetado anteriormente – déficit de 9,9% do PIB.

De acordo com as projeções do ministério, em 2021 o déficit primário (receitas menos despesas, sem considerar os gastos com juros) deve chegar a 2,3% do PIB. Em 2022, o resultado negativo projetado é de 1,5% do PIB, chega a 1% do PIB em 2023, a 0,5% do PIB em 2024 e a 0% do PIB em 2025. Em 2026, o governo projeta que as contas públicas voltarão a ficar positivas.

Tribuna

BID

Brasil deveria não bancar empresas deficitárias

LETÍCIA MORIDA BBC NEWS
BRASIL EM SÃO PAULO

As diversas medidas de apoio de emergência a empresas, setores e famílias adotadas pelo Brasil em resposta à crise econômica gerada pela pandemia de covid-19 foram corretas e necessárias, diz o Banco Interamericano do Desenvolvimento, o BID. No entanto, segundo a instituição, no longo e médio prazo, o país precisa evitar tornar permanentes "benefícios a grupos que possuem condições de se ajustar à nova realidade" ao mesmo tempo em que deve aumentar "o apoio focalizado nos

que mais precisam."

A análise foi feita em um relatório do BID sobre a recuperação econômica após a atual pandemia nos países do Cone Sul. No documento, divulgado nesta quinta (2), o BID faz diversas recomendações de médio e longo prazo para os países conseguirem superar as perdas geradas pela crise.

Segundo o vice-presidente de Países do BID, Alexandre Meira da Rosa, a questão fiscal, ou seja, o endividamento do país, é um dos fatores centrais que devem ser levados em consideração no longo prazo.

"Nesse momento da

pandemia, a ação do Estado de apoiar (empresas para manter) empregos e (oferecer) liquidez, foi absolutamente fundamental. Mas essas medidas não podem ser perenizadas e servir como uma máscara sobre ineficiências estruturais, ou proteger indústrias e serviços que não têm mais um lugar nessa nova realidade pós-covid, que deixaram de ser competitivos", diz Meira da Rosa, em entrevista à BBC News Brasil.

Continuar dando benefícios estatais — como isenções fiscais, empréstimos e garantias — para grupos que têm condições de se ajustar

à nova realidade vai "penalizar fortemente o país do ponto de vista fiscal em um momento de debilidade maior", diz ele. O mesmo vale para empresas, indústrias e serviços com baixa produtividade e problemas estruturais que "já não faziam parte nem do mundo pré-pandemia e que depois desse processo já não tenham mais lugar na nova economia". Ao mesmo tempo, diz o BID, o governo precisa se esforçar para manter o apoio de renda às famílias mais necessitadas e apoiar a modernização e adaptação dos negócios. Ou seja, é preciso uma otimização no uso dos recursos.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 03/07/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 03 de Julho de 2020 - 09:40

Azul acerta venda de participação na TAP ao governo de Portugal

A companhia aérea brasileira Azul anunciou nesta sexta-feira (3) que vendeu sua participação acionária na TAP ao governo português. De acordo com o jornal Estado de S.Paulo, a venda da participação indireta de 6% foi por uma cifra próxima de R\$ 65 milhões, com eliminação do direito de conversão dos bônus seniores detidos pela Azul de 90 milhões de euros com vencimento em 2026.

O CEO da Azul, John Rodgerson, contou que, como muitas outras companhias aéreas em todo o mundo, a TAP foi severamente impactada pela crise da pandemia de Covid-19. "Com a ajuda fornecida pelo governo português, seremos capazes de garantir a continuação da TAP, e também manter a integridade de nosso investimento", afirmou.

Nesta quinta (2), o governo português anunciou que firmou acordo com acionistas privados da companhia aérea TAP passando a deter participação de controle sem reestatizar a empresa, que passa por dificuldades desde que a pandemia do novo coronavírus praticamente paralisou o setor.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 02/07/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 02 de Julho de 2020 - 23:00

Presidente da Caixa anuncia redução de taxa de juros do cheque especial para 1,8% ao mês

por Daniel Carvalho | Folhapress

O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, disse nesta quarta-feira (26) que o banco público reduziu a taxa de juro do cheque especial de 2,9% para 1,8% ao mês.

Em março, o banco já havia reduzido a taxa de 4,95% para 2,9% ao mês.

"Nunca vi nada parecido. É basicamente a menor taxa até de crédito pessoal", disse Guimarães ao lado do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) em live no Palácio da Alvorada.

Guimarães afirmou que espera reduzir ainda mais a taxa, mas que esta redução ainda possibilita ao banco ser rentável.

O presidente disse não querer que ninguém se endivide ou "vá para o cheque especial", mas recomendou que, quem precisar, procure a Caixa.

"Como eu não entendo de economia e tá dando certo, quero continuar não entendendo", disse Bolsonaro.

Na live, também foi mencionado que o governo deve lançar nos próximos 15 dias um novo programa habitacional.

De acordo com o ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), que também participou da live, a ideia é diminuir a taxa de juro habitacional, além de criar um programa de legalização fundiária.

"Temos hoje 10 milhões a 12 milhões de unidades habitacionais que não têm escritura pública. O programa vai apoiar municípios para que possam fazer valer a legislação", disse Marinho.

Veículo: G1	Coronavírus
Data: 03/07/2020	



Governo prorroga IOF zero para operações de crédito por mais três meses

Medida anunciada em abril agora vale até 2 de outubro. Alíquota original era de 3% ao ano.

Por Bianca Lima, G1 — Brasília

03/07/2020 10h33 Atualizado há 4 minutos

O governo federal prorrogou por mais três meses **a isenção** do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que incide na concessão de crédito. A medida, anunciada no início de abril, agora vale até 2 de outubro.

A decisão, publicada no "Diário Oficial da União" nesta sexta-feira (3), já havia sido antecipada pelas colunistas do G1 do **Ana Flor e Cristana Lôbo**.

O objetivo da prorrogação é manter o custo do crédito mais baixo, em meio à crise causada pela pandemia do novo coronavírus. O setor

empresarial, principalmente os micro e pequenos empresários, continua tendo dificuldades para contratar crédito nos bancos e garantir a sobrevivência de seus negócios.

Antes da alteração, a alíquota do IOF para operações de crédito era de 3% ao ano. O custo da medida, nos primeiros três meses de vigência, foi estimado em R\$ 7 bilhões pela Receita Federal. Agora, portanto, deve dobrar.

mercado coronavírus

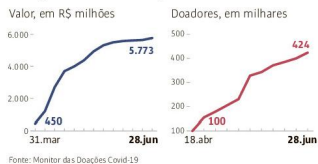
PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Pé no freio

A onda de doações para combater os efeitos da pandemia, que vinha mostrando sinais de arrefecimento no início de junho, parece se acelerar novamente, segundo os dados do Monitor das Doações da ABCR (Associação Brasileira de Captadores de Recursos). Após passar duas semanas patinando em torno de R\$ 5,6 bilhões no mês passado, o montante agora se aproxima de R\$ 5,8 bilhões, levantados por quase 425 mil doadores, entre empresas, indivíduos, fundações e outros.

Evolução semanal das doações



Fonte: Monitor das Doações Covid-19

SOM O fenômeno das lives musicais que o isolamento social impulsionou, atrelado às campanhas de doações, gerou também uma prática, em alguns dos eventos recentes, que a ABCR e o Procon-SP classificaram como enganosas.

MICROFONE Segundo a ABCR, muitas transmissões de shows ao vivo mostraram mensagens que pedem doações para ajudar entidades, mas, na verdade, elas estão vendendo títulos de capitalização na modalidade filantropia premiável, aqueles que dizem "doe e concorra", com prêmios como carros e dinheiro.

RUIBO O Procon multou em R\$ 21,27 mil a empresa Vale Sorte, que promove títulos de capitalização da modalidade filantropia premiável em lives musicais. Segundo a ABCR, esse tipo de título não é doação, mas uma modalidade regulamentada em que parte do direito de resgate do saldo capitalizado fica com a organização, e o restante é distribuído a empresas e intermediários.

PALCO "Ao promover, durante a live, o pedido de doação com um sorteio junto, quando na verdade o ato é de compra de um título de capitalização, os artistas estão fazendo propaganda que não é verdadeira, gerando riscos para a própria organização que estaria sendo supostamente beneficiada pelo pedido", diz a ABCR.

TELA Após ser multada, a Vale-Sorte deixou de apresentar seus títulos de capitalização com a chamada "doe e concorra" e passou a usar apenas a palavra "adquirir" na agenda de um evento do grupo Roupa Nova. Procurada pela coluna, a empresa não se manifesta.

com Fernanda Perrin

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competição Juro

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MÊS (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 8.104,55 5% R\$ 52,25

Alíquota	Mínimo	Máximo
Até R\$ 1.045	7,5%	9%
De R\$ 1.045,01 até R\$ 2.089,60	9%	12%
De R\$ 2.089,61 até R\$ 3.134,40	12%	14%
De R\$ 3.134,41 até R\$ 4.179,20	14%	16%

*O prazo da competência de junho vence em 20 jul para empresas, para pessoas físicas, vence em 15 jul. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

IMPOSTO DE RENDA
Declar. em R\$

Alíquota	Mínimo	Máximo
Até 1.903,98	Isento	7,5
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o plano de capitalização de grande SP

Alíquota	Mínimo	Máximo
Empregado	De 7,5% a 14%	97,04 a 713,09
Empregador	20%	250,50 a 1.220,21

*O prazo para o patró da doméstica vence em 7 jul. A guia de pagamento dos patóes inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

Decisões podem represar R\$ 1 bi ao mês em pagamentos de ações trabalhistas

Continuação da pág. A15

Noemia Porto, da Anamatra, disse que há um desafio: "Como os juizes vão dar andamento a processos se, em liminar monocrática em ação declaratória, o ministro suspende os processos respondendo ao recurso da PGR, conclui que mantém a própria decisão? Inviável isso".

A entidade também entrou com recurso no STF para tentar reverter a decisão de Gilmar. O pedido da Anamatra ainda não foi respondido.

Para Antonio Carlos Frugis, sócio do Soto Frugis Advogados, a nova liminar do ministro destrava a Justiça.

"Ficou claro que ele havia mandado suspender tudo, depois reformou [a decisão], mas disse que não reformou. Talvez o ego não quis admitir", afirmou.

Para o professor de direito do trabalho da USP Guilherme Feliciano, o esclarecimento "não resolve a questão principal, que é a da inconstitucionalidade da TR". "O ideal é que o plenário se manifeste o quanto antes".

A liminar de sábado conseguiu unir órgãos dos mais variados setores. Centrais sindicais, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), PGR e entidades de juizes e procuradores pressionam o STF.

Seis centrais divulgaram uma nota. Os presidentes de CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB e NCSST afirmaram que a liminar "é inaceitável".

A CUT entrou no Supremo com pedido de amicus curiae — amigos da corte — para participar do julgamento da

ação da Consif (Confederação Nacional do Sistema Financeiro). Nela, Gilmar concedeu a medida cautelar.

O processo foi ajuzado em 2018. Gilmar viu agora urgência no pedido. O mérito do caso terá de ser analisado pelo plenário do STF, e ainda não há data para julgamento. As atividades voltarão em agosto.

A Consif pediu que a TR seja declarada constitucional. A entidade afirmou que o IPCA-E somado ao juro leva ao "enriquecimento sem causa" do trabalhador.

Na segunda-feira (29), em outra ação, o TST, composto de 27 ministros, ia declarar a TR inconstitucional. Com maioria formada, faltavam ser colhidos 9 votos. O julgamento foi suspenso.

Os ministros da corte trabalhista argumentam que o Supremo já declarou inconstitucional a TR para corrigir precatórios — dividas públicas reconhecidas em decisão judicial. A lógica, então, se estenderia a créditos trabalhistas.

"As consequências da pandemia se assemelham a um quadro de guerra e devem ser enfrentadas com despreendimento, altivez e coragem, sob pena de desagregar mos em quadro de convulsão social", escreveu o ministro.

Na terça-feira (30), o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, teve uma audiência com o presidente do STF, Di-

Ficou claro que ele [Gilmar Mendes] havia mandado suspender tudo, depois reformou [a decisão], mas disse que não reformou. Talvez o ego não quis admitir

Antonio Carlos Frugis sócio do Soto Frugis Advogados

Antonio Carlos Frugis sócio do Soto Frugis Advogados

as Toffoli, para tratar do assunto. A entidade estimava que até 80% dos processos em fase de execução seriam afetados.

A OAB apresentou recurso à corte. "O cenário respeitante da concessão da tutela incidental [liminar] ameaça produzir uma virtual interdição do ramo trabalhista do Poder Judiciário", escreveram no pedido Santa Cruz e mais seis advogados.

Já o procurador-geral da República, Augusto Aras, no recurso rejeitado, rechaçou os argumentos de Gilmar. De acordo com ele, o ministro "não apresentou fundamentação apta a justificar de forma específica e suficiente os motivos pelos quais a epidemia da Covid-19, o julgamento de arguição de inconstitucionalidade pelo TST e a garantia do princípio da segurança jurídica impõem, conjuntamente e com urgência, a suspensão de todos os processos judiciais".

O procurador-geral pediu que Gilmar volte atrás. Caso a demanda não fosse atendida, com não foi, Aras pediu a limitação da abrangência da cautelar, o que Gilmar fez.

O pleito da Consif ganhou o apoio da CNT (Confederação Nacional da Indústria) e da CNT (Confederação Nacional do Transporte).

A Consif, no pedido da cautelar, disse ser "razoável e proporcional" o uso da TR.

A entidade afirmou que, no contexto de pandemia, o IPCA-E mais juro gerará "endividamento, também sem cautela, ao devedor trabalhista".

Coronavírus levará dívida bruta a 98,2% do PIB ao fim do ano, diz governo

Nova projeção representa alta de 22,4 pontos percentuais em relação a 2019; indicador só começará a cair a partir de 2025

Fábio Pupo

BRASÍLIA O governo elevou a projeção da dívida bruta de 77,9% para 98,2% do PIB em 2020. O crescimento recorde de 22,4 pontos percentuais em relação ao ano anterior (55,8%) é ocasionado pelas medidas para mitigar a crise do coronavírus.

O Ministério da Economia já considerava cálculos uma previsão de queda de 6,5% do PIB. Para a pasta, o novo patamar do endividamento exigirá um esforço fiscal no médio prazo ainda maior do que se buscava antes da crise.

A pandemia fez as projeções de endividamento se elevar em todo o horizonte calculado pelo Ministério da Economia, até 2029. Os números ficam entre 97,8% e 98,6% do PIB até 2024, e só depois começam a cair gradualmente (até 92,2% em 2029). Antes da pandemia, a dívida bruta era estimada em no máximo 79,4% até o fim da década.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, afirma que os números trazem preocupação. Mesmo assim, ele considera que há instrumentos de gestão que trazem tranquilidade para a administração dos números.

"Tenho preocupação e atenção, são patamares de largada elevados. Trabalhamos com controle tão logo passe a fase mais aguda do coronavírus", afirmou, nesta quinta (2). Ele ressaltou que os números ainda não consideram uma venda de reservas por

Projeções para a dívida bruta



parte do Banco Central, o que ajudaria a baixar a dívida bruta, e que a piora não é uma particularidade brasileira.

"A dívida manteve-se em patamar elevado e parte da nossa preocupação, mas lembrando que o montante não vai estar mais endividado", disse.

A projeção para a dívida líquida do setor público, considerada por economistas como um indicador mais abrangente (por considerar a situação de governos regionais e também os ganhos com ativos como as reservas), também mostra elevação expressiva.

Em 2020, a projeção passou de 58,4% do PIB para 69,9%. O número representa um crescimento de 14,2 pontos em relação ao ano anterior (55,7%).

Na visão do Ministério da Economia, os juros em baixa e a perspectiva de alta do PIB nos próximos anos contribuirão para ao menos limitar o crescimento dos números.

Mesmo assim, para o endividamento retornar aos patamares pré-crise, seria necessário o país alcançar um superávit médio de 12,7% do PIB de 2021 a 2029. "Isso é muita coisa. O cenário base hoje é de um primeiro médio de -0,2% do PIB. Teríamos que mudar bastante a trajetória", disse Luiz Fernando Alves, coordenador-geral de planejamento estratégico da dívida do Tesouro.

O salto no endividamento público decorre principalmente dos R\$ 521,3 bilhões em recursos demandados para mitigar a crise do coronavírus, o que representa 7,5% do PIB.

coronavírus mercado

Vendas e produção

Produção industrial acumula queda de 11,2% no ano e de 5,4% em 12 meses

Varição mês a mês, em %

Varição ano a ano, em %

18,9

mostram retomada parcial da economia

Indicador revela que atividade atingiu fundo do poço no fim de março e que só se recuperou pela metade após 3 meses

Eduardo Cuelo

SÃO PAULO Indicadores econômicos mais recentes confirmam a recuperação da atividade em maio e junho, mas com dados ainda negativos em relação ao período pré-crise e distantes do verificado antes da adoção de medidas de distanciamento social para enfrentar a pandemia. Há também dúvidas sobre a intensidade da recuperação.

Nesta quinta-feira (2), foram divulgados vários dados para os dois últimos meses do segundo trimestre, entre eles, a produção industrial e índices que consideram vendas com cartões de bens e serviços. Um novo indicador diário de atividade econômica elaborado pelo Itaú Unibanco mostra que a economia brasileira atingiu fundo do poço no dia 29 de março e, três meses depois, havia recuperado praticamente metade das perdas verificadas em relação à primeira quinzena de março. O índice utiliza dados de gastos com cartões para estimar os resultados de bens e serviços e de consumo de energia para avaliar o nível de produção. Para o trimestre, as análises do banco apontam uma retração ligeiramente abaixo de 9%, resultado melhor que a projeção anterior, de queda de quase 11%.

O economista-chefe do Itaú Unibanco, Mário Mesquita, afirma que os indicadores econômicos sugerem que o pior da atividade econômica ficou para trás, mas que há um risco de curto prazo, que é uma segunda onda da doença que afeta a retomada da atividade, e um parafuso no final do ano, que é o fim das medidas de compensação de perda de renda.

O Ibré (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), por sua vez, esti-

ma retrações da atividade de 13,4% em abril, 10,3% em maio e 7,8% em junho, na comparação anual, resultados que classifica como nada animadores. Na comparação mensal, as variações são positivas, mas a recuperação não alcança nem metade das perdas registradas em abril.

Um comitê ligado ao instituto, o Codace, anunciou nesta semana que o país entrou em sua décima recessão, considerando os últimos 40 anos, a mais intensa de todas, embora de duração mais reduzida que a última (2014-2016).

Uma prévia do indicador de atividade do Ibré aponta crescimento de 0,6% em maio, em comparação a abril. No trimestre encerrado em maio, a queda é de 10,1% em relação aos três meses anteriores e de 8,8% na comparação anual.

Um indicador da empresa

STJ determina, pela segunda vez, falência das Lojas Arapuçá

A 4ª turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu por maioria negar um pedido de recuperação judicial formulado em 2009 pelas Lojas Arapuçá e decretar, pela segunda vez, a falência da companhia, que chegou a ser uma das maiores varejistas do país. A decisão é mais um capítulo da disputa entre o que sobrou da varejista e credores que tentam receber dívidas que se arrastam desde o pedido de concordata da Arapuçá, feito em junho de 1998. A companhia, que hoje mantém uma operação de venda de roupas no centro de São Paulo, ainda pode recorrer. O montante total das dívidas chegou a ultrapassar R\$ 1 bilhão.

Cielo, também com base no uso de cartões, mostra queda de 30% nas vendas do varejo em maio, após uma retração anual de quase 40% em abril. “Os potamarecos do varejo em maio mostram recuperação quando comparados a abril, mês mais atingido pelas medidas de isolamento contra a pandemia da covid-19. O setor de supermercados e hipermercados apresentou a maior alta, enquanto os setores de móveis, eletro e lojas de departamento e vestuário apresentaram maiores recuperações”, afirma Gabriel Mariotto, diretor de Inteligência da Cielo.

Também em maio, a produção industrial cresceu 7% sobre abril (leia ao lado). Na comparação anual, a queda é de 21,9% (27,3% em abril).

Segundo André Luiz Macedo, gerente da pesquisa do IBGE, o crescimento do mês é expressivo, mas, pelo tamanho que tinha antes das perdas, o recuo ainda é mais significativo.

“Isso dá uma dimensão do tamanho do rombo, mesmo com esse avanço em maio. Existe um espaço importante a ser percorrido para zerar as perdas ocorridas no período da pandemia da Covid-19”, disse Macedo.

Ele também destacou que o setor ainda é mais significativo. “Na medida em que as empresas vão retomando e melhorando as atividades, claro que influencia uma melhora, mas temos que ver se o crescimento permanece nos meses seguintes”, destacou.

De acordo com o Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), a pouca amenização do quadro deve-se principalmente ao segmento de bens intermediários, considerado o núcleo do sistema industrial, por produzir insumos para as demais atividades.

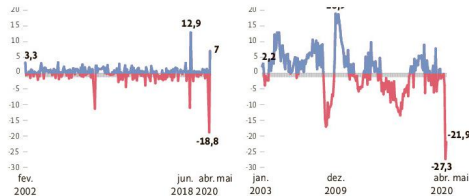
Segundo o instituto, no caso da indústria, muito do quadro adverso também está relacionado com a contração do comércio internacional por causa da pandemia.

Para Mesquita, uma recuperação consistente depende da evolução da doença nos grandes centros urbanos. “Parece que a gente está conseguindo, pelo menos no centro-sul do país, voltar a um certo grau de circulação sem que as condições de tratamento apresentem uma piora”, afirmou.

Outro desafio é que essa é uma recessão mais intensificada pela queda na produção do que da renda disponível, pois a injeção de recursos por causa do auxílio emergencial e da liberação extraordinária do FGTS, por exemplo, estão fazendo alguma diferença.

“O risco do ponto de vista de atividade é que não temos capacidade fiscal aparente de continuar pagando R\$ 600 por mês para um contingente grande da população de forma indefinida no tempo. Em algum momento ele vai ser reduzido ou descontinuado. Isso é consequência das nossas dificuldades fiscais e apresenta um risco para a retomada da economia. Mas vejo isso como um tema mais para o último trimestre do ano. No curto prazo, o risco maior é uma segunda onda”, disse o economista-chefe do Itaú Unibanco.

Vinicius Torres Freire
Excepcionalmente hoje a coluna não é publicada.



Grandes categorias econômicas mostraram recuperação na comparação com abril, mas estão muito abaixo do mesmo período do ano passado

Varição, em %	Mês a mês	Ano a ano
Bens de capital	28,7	-39
Bens intermediários	5,2	-14,6
Bens de consumo	14,5	-31
↳ Duráveis	92,5	-69,7
↳ Semiduráveis e não duráveis	8,4	-19,3

20 de 26 segmentos esboçaram recuperação na comparação com abril

Varição, em %	Mês a mês	Ano a ano
Produtos diversos	-10,9	
Celulosa, papel e produtos de papel	-6,4	
Perfumaria, sabões e produtos de limpeza	-6	
Indústrias extrativas	-5,6	
Manutenção, reparação e instalação de máq. e equipm.	-3	
Outros produtos químicos	-0,6	
Produtos alimentícios	0,3	
Impressão e reprodução de gravações	0,4	
Produtos de madeira	1,6	
Produtos farmacêuticos e farmacêuticos	4,7	
Máquinas e equipamentos	9	
Metalurgia	9,5	
Produtos têxteis	10,2	
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	12,3	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	13,2	
Produtos de metal	13,4	
Produtos de borracha e de material plástico	13,5	
Coque, prod. deriv. do petróleo e biocombustível	16,2	
Produtos de minerais não-metálicos	16,9	
Produtos do fumo	17,8	
Equip. de informática, prod. eletrônicos e ópticos	18	
Móveis	49,1	
Couro, artigos de viagens e calçados	49,7	
Outros equipamentos de transporte	57,9	
Bebidas	65,6	
Veículos automotores, rebocos e carrocerias	24,6	41

Recuperação da indústria depende da evolução da pandemia, dizem analistas

Diego Garcia

RIO DE JANEIRO O esboço de melhora na produção industrial — alta de 7% em maio ante abril, segundo divulgado nesta quinta (2) o IBGE — ainda está distante de ser um sinal de recuperação da economia brasileira. Especialistas ouvidos pela Folha apontam que a retomada das atividades depende da evolução da pandemia da Covid-19.

A projeção da maioria é que o setor ainda leve mais de um ano para recuperar o volume de produção do pré-crise.

Mesmo com a melhora de maio, na comparação com o nível de produção de fevereiro, último mês antes de o país passar a sentir os efeitos do distanciamento social, a indústria apresentou um recuo de 21%. Quando se leva em consideração o pico histórico do setor, em maio de 2011, a perda chega a 34,1%.

Isso significa que, nos últimos nove anos, o nível de produção industrial encolheu mais de um terço. A economista Renata de Mello Franco, do FGV-Ibré, acredita que o mês de abril tenha sido o fundo do poço da produção industrial. No entanto, ela destaca que ainda não é possível afirmar que o país esteja saindo do buraco.

“Dá para dizer que parou de piorar, mas isso é mais pela volta do funcionamento das fábricas”, afirma ela. O percentual de fábricas fechadas em abril era de 14,4% e caiu para 9,5% em maio. “Essa recuperação vem pela reabertura”, para Otto Nogami, economista do Insper, deve demon-

strar ao menos um ano para que a produção industrial consiga se equiparar ao nível registrado antes da Covid-19. “É uma reorganização em termos de comportamento, métodos de produção, métodos de comercialização. Na verdade, este momento está representando um repensar da atividade econômica como um todo.”

Também deve haver uma demora na retomada por causa das perdas ocorridas em todos os setores da cadeia produtiva. Empresas faliram, diz ele, outras demitiram. “O nosso grande problema é que a base da pirâmide industrial está quebrada. É o caso das micro e pequenas empresas. Até que se recupere esse alicerce, demora.”

Ricardo Macedo, professor de economia do Ibmec, alertou para o fato de que o combate à Covid-19, até aqui, e o enfraquecimento nas restrições de circulação em todo o país podem contribuir para um novo cenário caótico na produção industrial.

“Pela experiência externa, à medida que se reduz o distanciamento social, pode haver aceleração na curva de contágio. O Brasil deixou a desejar nas medidas, e isso vai acabar afetando, e muito, a recuperação econômica.” Segundo o IBGE, 20 dos 26 ramos de atividade apresentaram alta em maio, na comparação com o mês anterior.

Nas indústrias têxteis, o crescimento foi de 10,2%, mas mesmo assim com queda de 46,5% na comparação com igual período do ano passado. Fernando Pimentel, pre-

sidente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção), diz que o setor deve chegar ao fim do ano com cerca de 70% de suas operações normais, desde que a pandemia não volte a causar medidas restritivas que interrompam o comércio, crucial para o setor.

“Abril foi o fundo do poço e maio apresentou, na margem, melhora razoável, o que não diz nada: a base de comparação é muito ruim.”

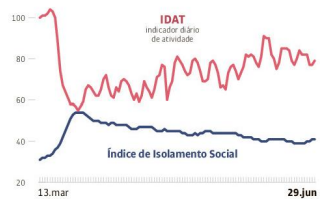
“O acumulado no ano mostra uma queda bestial na produção industrial, e a indústria opera em 75% de sua capacidade e as fábricas operam com 40% a 50%. Existe um longo caminho a ser percorrido”, afirma ele.

No ramo de veículos automotores, rebocos e carrocerias, principal destaque da produção de maio, com alta de 24,4%, a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) aponta que o crescimento só veio sobre uma base de praticamente zero.

O momento do setor de automóveis ainda é delicado, tanto que a projeção de licenciamentos em 2020 era de 3,050 milhões de veículos, mas deve ficar em torno de 1,675 milhão. Em 2019, foram 2,788 milhões. “A queda impressiona, é um tombão de 45%”, diz Luiz Carlos Moraes, presidente da Anfavea.

Na comparação com o mesmo período do ano passado, a queda na produção de automóveis foi de 84,4%, além de 62,9% na fabricação de caminhões e 29,5% na de máquinas agrícolas e rodoviárias.

Indicador diário do Itaú mostra fundo do poço no final de março e recuperação com reabertura



Fonte: Ibré (indicador diário de atividades) e Índice de Isolamento Social Ibré (média móvel de 7 dias) do Itaú Unibanco

Vendas no varejo caem 29,4% em maio, impactadas pelo coronavírus



*Exclui efeitos sazonais | Fonte: Cielo

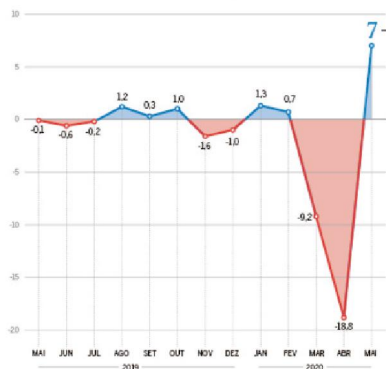


DEPOIS DA TEMPESTADE

Atividade econômica dá primeiros indícios de retomada

Desempenho da indústria

Comparação com o mês imediatamente anterior (em %)



Fonte: IBGE

Desempenho das categorias em maio de 2020

Comparação com o mês imediatamente anterior (em %)



Destaques

Principais destaques de alta e queda no mês (em %)

SAINDO DO FUNDO DO POÇO

SINAL DE ALENTO NA INDÚSTRIA

ra enfrentar a Covid-19. — Pode ser pouco, não tem problema. Não poder ser zero. O município do Rio de Janeiro praticamente assumiu a operação dos hospitais de campanha e também abriu leitos de UTI. É importante que o estado faça isso. São recursos constitucionais — disse Crivella.

CORTES NO ORÇAMENTO

A informação de que Crivella entrou com a queixa a crime foi divulgada no mesmo dia em que a prefeitura também se viu obrigada a apertar os cintos por causa da redução da arrecadação com a queda da atividade econômica em decorrência da pandemia. Em reunião com o secretário, Crivella determinou que os órgãos cortem entre R\$ 500 milhões e R\$ 700 milhões de suas despesas. Apenas a Secretaria municipal de Saúde será poupada da tesourada.

Em relação às despesas em geral, os cortes ainda vão ser detalhados. Eles devem atingir os contratos de custeio da máquina, mas podem afetar investimentos em alguns projetos de infraestrutura. A necessidade de se reverter as despesas já tinha sido apontada pelo prefeito no fim de maio. Na ocasião, foi anunciado que o município faria um corte linear de 25% dos contratos com fornecedores (exceto na Saúde).

— A situação apertou. A arrecadação caiu. Os órgãos vão ter que se adaptar. São novos os incluir a Saúde e a Rio Saúde. Nós vamos ter que fazer um certo contingenciamento no nosso orçamento. Isso não é fácil, tem que conversar com cada ordenador de despesa — disse o prefeito.

Impulsionado pela produção de automóveis, setor avança 7% em maio

CARLOS MARTINS

colunista@o-globo.com

O desempenho em maio representa o melhor resultado da indústria desde junho de 2018, mas ocorre após um tombo histórico de 18,8% em abril. Segundo André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE, o avanço pode ser considerado "natural" por ocorrer devido a uma base de comparação muito baixa. Com a volta gradual das montadoras em maio, a produção de veículos automotores, veículos e carrocerias cresceu 244,4%, após dois meses de queda. Em abril, as montadoras praticamente pararam de operar, com uma queda de 95% na produção e pior resultado desde a instalação da indústria automotiva no Brasil, em 1957, durante o governo Juscelino Kubitschek. Um indicador da dimensão da crise para o segmento é que mesmo após o crescimento em maio, ele ainda opera 72,8% abaixo do patamar de fevereiro, antes da pandemia de coronavírus.

Pior momento da crise no país já passou, avalia Itaú

Novo indicador mostra recuperação, mas de forma não linear. Economista não descarta impacto de segunda onda de contágio

JOÃO HENRIQUE NETO

colunista@o-globo.com

O pior momento da crise econômica no país passou, avalia o economista do Itaú, que lançou o Indicador Dinâmico de Atividade (Itad), uma espécie de "termômetro" da atividade econômica no país, que oferece interpretação mais rápida do que outros indicadores oficiais. Segundo Mario Mesquita, economista-chefe do Itaú, trata-se de uma forma alternativa de obter informações sobre a economia durante a pandemia de forma rápida. O Itad cruzou dados de consumo de energia pelas empresas e transações de gastos com cartão de crédito nos setores de bens e serviços. O índice tem desfaçagem de dois a três dias.

QUEDA DO PIB DE 4,9%

Segundo o indicador, o fundo do poço da atividade econômica ocorreu no dia 28 de março, quando o índice registrou 35 pontos. Na primeira semana de março, quando começou a ser elaborado, o indicador tinha base em: Em abril, o

ente para islumbrar uma recuperação rápida do setor, com fôlego em V (com retomada rápida quanto a queda da atividade) — indica Lisandra Barbero, economista da XP Investimentos. — O cenário ainda mostra uma indústria fragilizada. Em maio, ficaram no campo negativo indústria extrativa (-5,6%), celulose (-6,4%) e perfumaria e produtos de limpeza (-6%). Segundo economistas, limpeza e perfumaria passaram por acomodação após alta no consumo na ocasião da pandemia. Na comparação com maio do ano passado, a indústria teve queda de 21,9%, o mesmo resultado negativo seguido neste tipo de comparação. No

Remate Mello Franco

economista@lbf.com.br

que continuaram abertos. Mas à medida que a economia vem sendo reaberta, com relaxamento de medidas de isolamento, há melhora da atividade, mostra o indicador. Mesquita observa que, embora o fundo do poço já tenha passado, o risco para o segundo semestre é de uma segunda onda de contaminação. Não é o cenário básico do Itaú, mas o risco existe, diz o economista. Ele afirma que a recessão terá características de se manter

ano, o setor acumula retração de 11,2%. Segundo especialistas, a situação é particularmente difícil para a manufatura porque ela já apresenta fragilidades antes do início da pandemia de coronavírus.

O economista Rafael Cagnin, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), avalia que o boque em março e abril refletiu a necessidade das empresas de definir protocolos de operação, além da tentativa de entender as políticas de auxílio do governo.

— O mês de abril foi o mais severo, mas a alta de maio não significa que a indústria tenha superado a crise do novo coronavírus.

A atividade industrial vem perdendo espaço no Produto Interno Bruto (PIB). Mesmo com o sinal de alento em maio, o segmento ainda se encontra 34,1% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011. A recuperação que se vislumbra para a atividade industrial até o fim do ano não deve ser suficiente para que o setor encerre 2020 no azul.

— Em médio e longo prazos, a perspectiva é que o setor continue frágil. As reformas que estão sendo debatidas, principalmente as que têm referência a relações de trabalho, são importantes para o setor. Mas enquanto elas não forem concretas, é difícil que ele se recupere de forma mais consistente — acrescenta Lisandra, da XP.

CONTROLE DA PANDEMIA

Para Renato de Mello Franco, economista do Ibr/FGV, os dados do IBGE mostram que

o fundo do poço foi em abril, mas ainda não há garantia de que a indústria tenha conseguido sair de lá. Para que o segmento ganhe tração, ela destaca que é essencial o controle da pandemia.

— Os números de maio de ram fôlego ao setor, mas ainda não são capazes de indicar recuperação. O que devemos ver são itaus com perdas menores na comparação com qual mês do ano anterior. Desde que não haja uma intensificação de novos casos e mortes por Covid-19 no país.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou ontem em transmissão ao vivo pelo internet que a economia brasileira entrou em fase de recuperação a partir de maio.

— Parece que iniciamos uma recuperação que seria um movimento em 'V', mas que a gente acha que deve suavizar um pouco — afirmou. (Consignáticas)

inens pelo lado da produção do que da renda disponível. O Itad teve queda de 4,5% no PIB este ano. Em boa medida, pessoas tenham perdido empregos, o auxílio emergencial de R\$ 600, prolongado por dois meses, e o início da liberação de recursos do FGTS, fazem a diferença neste momento.

— Embora o país não tenha condições de manter esse benefício por sua condição fiscal, não é uma situação de recursos — afirmou. Mesquita disse que a recuperação consistente depende dos brasileiros terem que voltar a adotar de forma generalizada medidas de isolamento social mais rígidas por uma segunda onda da doença.

MÍRIAM LEITÃO



globo.com.br/economia/miriamleitao
miriamleitao@globo.com.br
 Com Aharo Grifoni (de São Paulo)



Indústria: maio não faz verão

A alta de 7% na indústria em maio é o primeiro dos números que devem parecer favoráveis no mês, mas nem de longe nos tiram do poço. A indústria está 20% abaixo de fevereiro e produz 34% menos do que em maio de 2011. Mesmo com toda a queda na economia, o Brasil conta mais de 60 mil mortos pela pandemia. Para a economia, o melhor teria sido usar os remédios certos e nas dosagens corretas para a saúde: alto distanciamento social, testagem em massa e liderança política agregadora. Isso ajudaria a economia. O Brasil teve distanciamento hesitante, baixa testagem e uma presidência desagregadora.

A queda da produção é decorrência do dis-

tanciamento social. Se ele tivesse sido feito de forma eficiente, sem idas e vindas, o Brasil teria saído de forma mais rápida e segura. Mas o presidente Bolsonaro atacou governadores e minou a adesão ao distanciamento. Os governadores e prefeitos foram pressionados pelos grandes empresários e alguns estão cedendo. Bolsonaro usou sua posição de liderança para confundir. Essa hesitação tem o pior resultado para a economia, porque paga-se o preço da interrupção da atividade, mas não se tem nem uma redução expressiva das mortes, nem se prepara o terreno para uma retomada segura. Essa estratégia é ruim também do ponto de vista fiscal.

— Quanto mais tempo demorar a pandemia, mais o governo vai gastar. É mais fácil bancar dois meses do que seis de auxílio emergencial. Por isso, alguns países fizeram restrição na entrada de pessoas e adotaram protocolos muito duros. Seria melhor ter dois meses terríveis, muito duros, mas depois começar a reabrir. Se o Brasil tivesse feito um isolamento realmente forte por dois meses, poderíamos já ter um terceiro trimestre mais normal — disse Sílvia Matos, do Ibre/FGV.

O economista especializado em saúde, André Medici, disse algo muito parecido na entrevista que concedeu ontem na CBN. O melhor remédio para a economia coincidente-

mente é o melhor remédio para a pandemia.

Dentro dessa perspectiva é que deve ser olhado o dado de ontem da produção industrial. O número positivo não tranquiliza. Primeiro porque apenas atenuou parte das duas quedas anteriores, segundo porque a abertura da economia está sendo prematura.

Um dos dados que o IBGE trouxe derruba a versão do governo sobre a conjuntura. A pandemia não foi um raio em céu azul. A indústria brasileira está caindo há sete meses seguidos na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Segundo análise da XP Investimentos, menos de 30% dos principais setores industriais apresentaram crescimento consistente nos últimos 6 a 12 meses.

O que explica o 7% positivo de maio é a reabertura de algumas fábricas que simplesmente haviam fechado no mês anterior. O caso mais claro é o do setor de automóveis e carrocerias. Teve um aumento de 244,4% porque compara com a total paralisação do mês de abril, mas ainda está 72% abaixo de fevereiro. O setor automobilístico explica em grande parte a alta de 92% dos bens de consumo duráveis. Por outro lado, a indústria de ali-

mentos cresceu em maio, mesmo em relação ao mesmo mês do ano passado, 2,9%.

Quando os economistas afirmam que o pior da crise ficou para trás, eles querem dizer que os números mais fortes de queda ficarão concentrados nos meses de abril e maio. Mas isso não significa uma retomada consistente do nível de atividade. Especialmente o setor de serviços preocupa, porque é o que mais emprega no país e é o que mais deve sofrer restrições durante o período de reabertura.

— O terceiro trimestre começou sem que a pandemia tenha acabado. E a grande dúvida é sobre o setor de serviços. Ele não volta com a mesma força, pois sofre o efeito mais generalizado das restrições. E tem segmentos dos serviços que mesmo com a abertura não ficarão normalizados, como os restaurantes, bares, cinemas. O home office deve permanecer em várias áreas, o que afetará a contratação de funcionários de limpeza, segurança, transporte — afirmou Sílvia.

Ainda será penoso o nosso caminho. Alguns dados serão positivos, mas apenas setoriais e localizados. O Brasil está vivendo este ano uma recessão de dimensões que nunca viveu. Fomos atingidos, como o mundo todo, por uma pandemia, mas a baixa qualidade da resposta nos trouxe a um momento de extrema incerteza. O país está abrindo a economia, antes de ter controlado o vírus.

Dívida pública deve fechar o ano a 98,2% do PIB por gasto com Covid-19

MARCELLO CORRÊA
marcello.correa@globo.com.br
 Brasília

As medidas de combate ao coronavírus devem fazer o país registrar déficit de R\$ 828,6 bilhões neste ano, segundo balanço divulgado ontem pelo Ministério da Economia. A estimativa leva em consideração os resultados

das contas da União, dos estados e dos municípios.

O endividamento público também dará um salto este ano. Pelas estimativas da equipe econômica, a dívida pública fechará o ano em valor equivalente a 98,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Se a previsão se confirmar, será um aumento de 22,4

pontos percentuais em relação ao valor da dívida no final do ano passado (75,8%).

De acordo com a pasta, as ações contra a pandemia com impacto direto nos cofres federais chegaram a R\$ 521,3 bilhões, já considerando a prorrogação do auxílio emergencial de R\$ 600 por dois meses — que elevou em

mais de R\$ 100 bilhões os gastos com o programa.

O benefício a informar-se autônomo é a ação com maior impacto fiscal adotada até agora pelo governo federal, com impacto de R\$ 254,2 bilhões.

Até hoje, no entanto, foram desembolsados R\$ 121,5 bilhões do total, já que nem todas as parcelas foram pagas e

ainda há pessoas aguardando na fila para receber a ajuda.

A maior parte das ações com impacto fiscal são despesas extras, mas a conta também inclui R\$ 12,8 bilhões em perdas de receitas causadas por medidas como a redução de impostos cobrados sobre produtos relacionados ao combate à Covid-19.

O cálculo não inclui os diferimentos de impostos — adiamento dos prazos para recolher tributos. O governo espera que os valores voltem a ser pagos ainda em 2020.

— A prorrogação de vencimentos de impostos não é uma anistia. Eles serão recolhidos quando acabar esse prazo. Estamos entendendo todas essas medidas contidas em 2020 — disse o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues.

Em maio, 3,5 milhões de famílias viviam só com o benefício de R\$ 600

Estimativa do Ipea se baseia nos microdados do PNAD Covid, uma pesquisa do feita pelo IBGE

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

03/07/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

Moradores de 3,5 milhões de domicílios do país viveram apenas com renda do auxílio emergencial de R\$ 600 pagos pelo governo em maio, mostra levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com base em microdados do Pnad Covid, uma pesquisa do IBGE. Isso representa 5,2% do total dos domicílios do país (67 milhões).

De acordo com o Ipea, o auxílio emergencial foi importante para a manutenção da renda das famílias, principalmente de baixa renda. Os domicílios recebem somados habitualmente R\$ 193 bilhões em salários. Em maio, porém, eles receberam efetivamente R\$ 158 bilhões. Parte da perda, porém, foi compensada pelo auxílio."

O total dos rendimentos provenientes do auxílio emergencial em maio alcançou R\$ 23 bilhões, o que representa 67% da diferença entre a massa salarial habitual e a efetiva", detalhou o estudo. "Para as famílias de renda muito baixa, a massa de rendimentos do auxílio foi virtualmente idêntica à perda salarial."

A pesquisa mostrou ainda que em 32% dos domicílio brasileiros nenhum morador tinha renda do trabalho em maio. Reportagem publicada pelo Valor em maio mostrava que, no primeiro trimestre, essa proporção era de 23,5% do total de lares, o que revela um aprofundamento das perdas de renda nos meses de abril e maio deste ano.

O levantamento também detalhou a perda de renda de diferentes categorias profissionais. Os servidores públicos e os militares foram os que menos perderam renda na pandemia de covid-19, em maio, ao passo que os trabalhadores informais foram no período os mais afetados.

A renda médio dos funcionários públicos contratados pela CLT foi de R\$ 3.290 em maio, apenas 4% menor do que o habitualmente recebido. No caso dos militares e estatutários, a renda obtida em maio foi de R\$ R\$ 3.955, apenas 2% abaixo da normalmente recebido.

Em 24 de junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria de votos, proibir a redução de jornada e de salário de servidores quando os gastos com pessoal ultrapassarem o teto previsto em lei, por ferir o princípio constitucional de irredutibilidade.

Enquanto isso, a renda de trabalhadores de atividades artísticas, esportivas e recreação foi 45% menor do que a habitualmente recebida. Um trabalhador por conta própria recebeu 40% menos do habitualmente recebido, de acordo com os dados da pesquisa.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

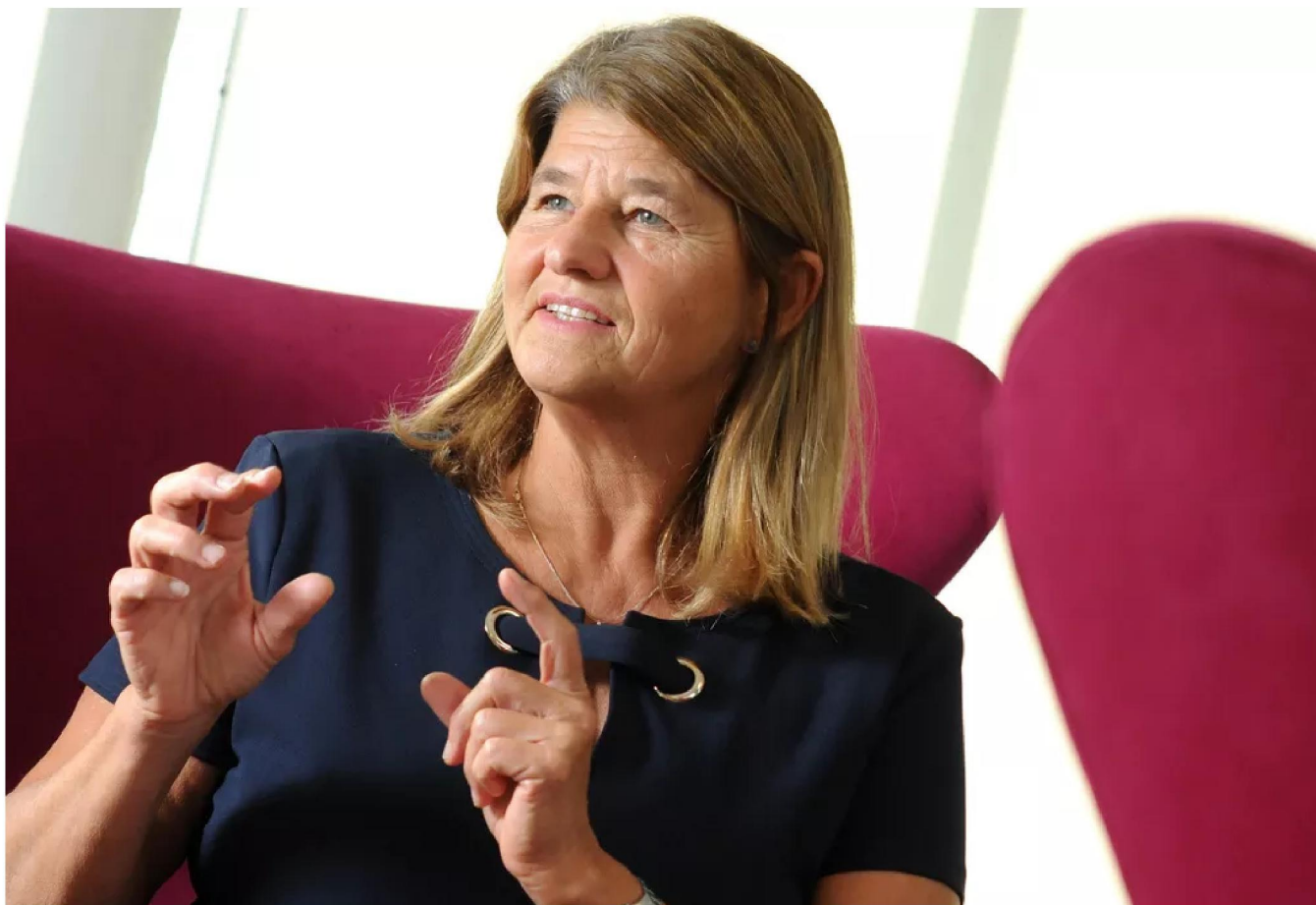
Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.
PROST+ACTIVE

Equinor vai manter plano de investir no país US\$ 15 bi

Petroleira norueguesa coloca o Brasil entre as prioridades

Por André Ramalho — Do Rio

03/07/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



Margareth Øvrum, vice-presidente, destaca que o Brasil é umas áreas-chaves da companhia no mundo e vê potencial também em energias renováveis no país — Foto: Leo Pinheiro/Valor

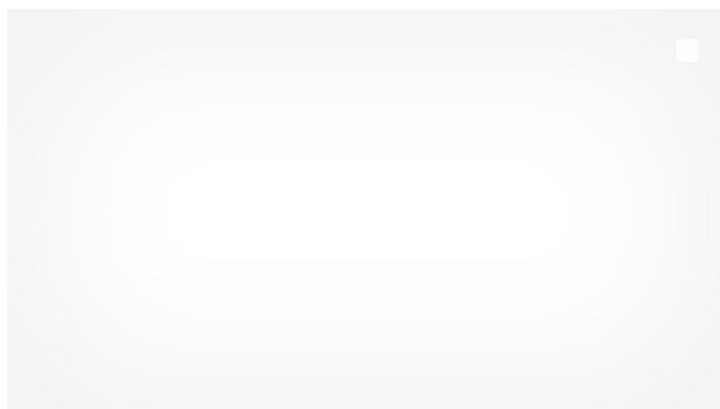
A Equinor pretende manter ativo o seu plano de investimento de US\$ 15 bilhões no país, mesmo diante da expectativa de redução do preço do petróleo para o longo

prazo. Enquanto passa um pente-fino em toda a sua carteira de ativos, para enquadrá-los à nova realidade do mercado, a petroleira norueguesa assegura que o principal projeto no país - Bacalhau - está preservado. A vice-presidente-executiva de desenvolvimento e produção da companhia no Brasil, Margareth Øvrum, afirma, no entanto, que num cenário de preços mais baixos o país tem que se mostrar mais competitivo e que a abertura do mercado de gás natural precisa avançar para que novos investimentos saiam do papel.

Previsto para 2024, Bacalhau (ex-Carcará) é o primeiro campo a ser desenvolvido por uma multinacional no pré-sal e terá a maior plataforma do Brasil, com capacidade para produzir 220 mil barris diários de petróleo. A executiva destaca que o foco é melhorar a economicidade do projeto junto aos fornecedores, para buscar soluções operacionalmente mais eficientes. A intenção, porém, não é fazer “grandes negociações” para reduzir custos junto aos prestadores de bens e serviços. “Estamos focados no momento em fazer os projetos operacionalmente mais eficientes. Dependemos dos fornecedores que vão sobreviver, precisamos de uma cadeia sustentável.”

Ela destaca que o Brasil é uma das áreas-chaves da empresa, no mundo, e que vê um futuro para a companhia no país não só no pré-sal, mas também em campos maduros e energias renováveis. A executiva, no entanto, afirma que a nova realidade imposta pelo choque de preços do petróleo reforçará a competição por investimentos entre projetos de diferentes países, dentro da carteira global da companhia. “É importante que o Brasil fortaleça as condições para atrair investimentos”, disse, citando o caso da própria Noruega, que reagiu à crise flexibilizando a cobrança de impostos sobre o setor.

PUBLICIDADE



Num momento em que os critérios para investir serão mais rígidos, Margareth defende a necessidade de o país avançar com a abertura do mercado de gás natural. A velocidade desse processo é que ditará o ritmo dos investimentos da companhia no seu segundo grande projeto no pré-sal: a descoberta de gás de Pão de Açúcar, na Bacia de Campos.

A executiva destaca que gostaria que a abertura se desse de forma mais rápida, embora reconheça que tem havido progressos por parte do governo. Ela explica que, entre o fim de 2020 e início de 2021, a Equinor fará a seleção de conceito do projeto de Pão de Açúcar e que, por isso, precisa chegar ao fim do ano com uma estratégia de monetização das reservas.

“[A seleção de conceito do projeto] Vai nos dizer para aonde vamos. Temos que ter alguma solução para o gás. precisamos saber para onde vamos”, explicou.

Enquanto isso, um primeiro teste para a empresa será a comercialização do gás do campo de Roncador (Bacia de Campos). A Petrobras, operadora do ativo, se comprometeu junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a não renovar contratos de compra de gás de seus sócios. A norueguesa detém 25% do campo - cerca de 1 milhão de metros cúbicos diários (m³ /dia) - e precisará buscar clientes para seus volumes. “Estamos trabalhando nisso, para monetizar esse gás [de Roncador] ao fim do ano”, disse.

A executiva acredita que a monetização do gás no Brasil passará por solução mista, que envolva a venda do recurso parte para as indústrias e parte para termelétricas.

Frente à queda dos preços do petróleo, a Equinor anunciou um plano para preservar cerca US\$ 3 bilhões do seu caixa em 2020, a partir da redução dos investimentos, dos US\$ 10 bilhões a US\$ 11 bilhões inicialmente previstos para US\$ 8,5 bilhões. A empresa também cortou US\$ 700 milhões dos custos operacionais e em US\$ 400 milhões os gastos com exploração.

Margareth diz que os planos de perfuração de cinco poços no Brasil até 2022 estão mantidos. A empresa perfurou dois deles (Uirapuru e Naru), como sócia minoritária da Petrobras nos blocos. Sobre o interesse nos leilões de 2021, ela disse que tudo vai depender da competitividade das rodadas.

A pandemia da covid-19 exigirá alguns outros ajustes nos planos da Equinor. Em Peregrino (Bacia de Campos), a companhia está instalando uma nova plataforma para dar início à segunda fase de produção do ativo, que permitirá à empresa aumentar em 250 milhões de barris os volumes recuperáveis da concessão. Previsto para 2020, o projeto vai ficar para 2021. “Com a covid-19 precisamos reduzir o número de pessoas embarcadas e o progresso não é o mesmo que gostaríamos de ter”, disse.

Além da produção de óleo e gás, a Equinor atua em energias renováveis, no Brasil. Margareth conta que a empresa manteve a meta global de aplicar de 15% a 20% dos investimentos globais anuais em energias renováveis até 2030 e que o mercado brasileiro é parte dessa estratégia, com potencial para solar e eólicas offshore, que ainda carece de marco regulatório.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade

SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Descoberto a solução das varizes em planta comum em Salvador

VARICLEAR

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

Ibaneis reabre economia com casos em alta

Governador do DF decide por reabertura mesmo num quadro de escalada da doença

Por **Rafael Bitencourt e Andrea Jubé** — De Brasília

03/07/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



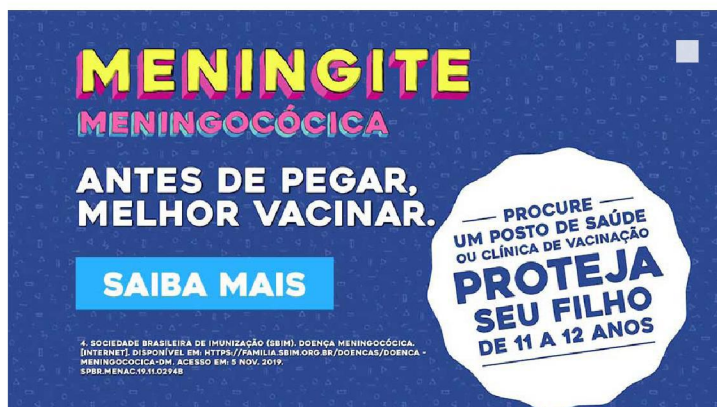
Governador do DF, Ibaneis tem se aproximado do presidente Jair Bolsonaro — Foto: Dênio Simões/Valor

Em aceno a empresários locais e ao governo federal, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), decidiu enfrentar a crise da pandemia com a reabertura de escolas, academias, salões e bares no momento em que a capital federal ainda registra uma escalada de casos e índices altos de ocupação de leitos equipados com respiradores. O calendário de retomada das atividades, inclusive com voltas às aulas na modalidade presencial, será cumprido até o dia 3 de agosto.

A reabertura ocorre na semana em que Ibaneis também decretou calamidade pública associada à atual pandemia. Com os decretos, o governador espera obter resultado em duas frentes de combate à crise sanitária: facilidade na compra de insumos de saúde e garantia de acesso de empresas locais e de profissionais autônomos a linhas de crédito, no valor de até R\$ 100 mil, oferecidas pelo Banco do Brasil com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

O governador do DF aproximou-se do presidente Jair Bolsonaro e, na última terça-feira, jantou com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. O secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres, é um dos cotados para assumir o eventual Ministério da Segurança Pública, caso seja recriado. Apesar do bom relacionamento, entretanto, o governo federal tem resistido em aceitar atalhos para a liberação de recursos do fundo do Centro-Oeste, ou até mesmo do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap).

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O acesso ao fundo de defesa civil, gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), foi a justificativa usada por Ibaneis para decretar calamidade. Porém, a liberação desses recursos segue um rito próprio. Chega a exigir a apresentação de projetos detalhados para atender a situações emergenciais muito específicas.

Ao **Valor**, Torres reconheceu que pode ter dificuldade em acessar os recursos do Funcap. “Não há garantia, o que existe é a possibilidade de acesso [aos valores]”, disse. “Estamos em tratativas para a liberação”, completou o secretário, responsável pelos órgãos de defesa civil do DF.

Além de gerenciar a verba federal que auxilia Estados em programas de defesa civil, o MDR tem atuado junto aos fundos constitucionais na liberação de crédito emergencial a empreendedores. O programa também foi estruturado para atender Estados em situação de calamidade pública, porém a verba chega diretamente aos beneficiários sem passar pelos órgãos estaduais.

A linha de crédito vai estar disponível para os empresários do Distrito Federal a partir desta semana - momento em que o sistema operacionalizado pelo Banco do Brasil entrou no ar. A região Centro-Oeste conta com R\$ 1 bilhão do fundo constitucional da região para oferta desse crédito.

De acordo com o MDR, R\$ 841,5 milhões já foram liberados para pequenos empreendedores pelos fundos constitucionais da região Norte e Nordeste. Outros R\$ 701,3 milhões foram distribuídos em 9.301 operações de crédito no Nordeste e R\$ 140,2 milhões, em 1.801 empréstimos no Norte. Ao todo, R\$ 3 bilhões foram disponibilizados aos empreendedores dos Estados nordestinos e outros R\$ 2 bilhões atendem os da região Norte.

O ministério informou que os recursos podem ser utilizados como capital de giro - maior demanda, até agora -, despesas de custeio, manutenção e formação de estoque, pagamento de funcionários, contribuições, despesas com risco de não serem honradas por conta da paralisação das atividades durante a pandemia.

A maior parte dos Estados já decretou calamidade pública. Essa condição permite a antecipação de benefícios sociais, liberação de seguros e a prorrogação de pagamentos de empréstimos federais.

Com 52.281 casos confirmados e 631 óbitos até ontem, Ibaneis segue determinado a cumprir o calendário de retomada das atividades até agosto. A reabertura de salões de beleza, barbearia e academias no próximo dia 7; bares e restaurantes no

dia 15; escolas e faculdades da rede privada no dia 27; e colégios e universidades da rede pública no dia 3 de agosto.

Dados desta quinta-feira do sistema de saúde mostram que 93,2% dos leitos com ventiladores mecânicos da rede privada estão ocupados. Na rede pública, a taxa de ocupação é de 63,2%.

No começo da semana, a juíza Raquel Soares Chiarelli, da 21ª Vara Federal do DF, estabeleceu prazo de 72 horas para que o governo local comprovasse a existência de leitos suficientes na rede hospitalar para atender as vítimas da covid-19. Na decisão, a juíza mencionou o “notório agravamento da pandemia”, que poderia colocar em risco o direito à vida e à saúde da população. Chiarelli afirmou que há “inconsistência dos dados oficiais a respeito da real situação de operação das Unidades de Terapia Intensiva (UTIs)” durante a pandemia e ressaltou que há uma lista de espera de pacientes pelos leitos equipados com ventiladores. “A lista de espera por leito de UTI no DF contabilizava 55 pacientes, sendo que o mais antigo aguarda a transferência há 15 dias”, escreveu a juíza.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Adeus, rosto enrugado! Pesquisadores liberam ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

Impacto fiscal da crise da covid sobe para R\$ 521,3 bi

Cálculo já considera os R\$ 100 bi extras da prorrogação do auxílio emergencial

Por Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta — De Brasília

03/07/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

O governo federal elevou para R\$ 521,3 bilhões a estimativa do impacto das medidas de combate à pandemia sobre as contas públicas em 2020. O cálculo, que inclui despesas adicionais de R\$ 508,5 bilhões e queda na arrecadação de R\$ 12,8 bilhões, já leva em conta a prorrogação do auxílio emergencial por mais dois meses, que sozinho representará um gasto extra de R\$ 100 bilhões.

Com o aumento dos gastos, o déficit primário do setor público (que inclui governo federal, Estados, municípios e estatais) chegará a R\$ 828,6 bilhões, ou 12% do Produto Interno Bruto (PIB), projetou ontem o Ministério da Economia. O déficit do governo central deverá chegar a R\$ 795,6 bilhões nesse cenário, o maior da série histórica.

A piora no resultado das contas, aliada à retração da economia, levará a dívida pública a dar o maior salto deste século. O endividamento alcançará um novo patamar, avalia o Tesouro Nacional, que exigirá um esforço fiscal no médio prazo “ainda maior do que se buscava antes da crise”.

Considerando uma queda de 6,5% no Produto Interno Bruto (PIB), projeção baseada no Boletim Focus, o ministério estima que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) deverá alcançar 98,2% do PIB neste ano, ante 75,8% do PIB ao final de 2019. Pelas estimativas, ela ficará praticamente estável nos anos seguintes, alcançando 98,6% do

PIB em 2024, em seguida, entrará em trajetória decrescente, encerrando 2029 em 92,2% do PIB.

Na visão do Tesouro, a relativa estabilidade da dívida nos próximos anos se explica pela expectativa de taxas de juros reais baixas e recuperação do crescimento real do PIB. “Há uma curta janela de tempo favorável à dinâmica do endividamento, dentro da qual se pressupõe avanços no ajuste fiscal”, diz o texto.

Os números foram contestados pelo diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto. “As projeções de dívida bruta do Tesouro, a partir de 2021, são pouco realistas”, afirmou. “Nosso cenário base é dívida bruta a 100% do PIB em 2022 e crescendo até 117,6% do PIB até 2030”, afirmou, acrescentando que o déficit primário irá melhorar ao longo da década, mas não o suficiente para estabilizar a dívida.

Pelas estimativas do Tesouro, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) deve fechar o ano em 69,9% do PIB, contra 55,7% do PIB no ano passado.

“Esses resultados nos colocam em uma situação completamente diferente daquela que encontramos em 2019, quando avançamos substancialmente com o ajuste fiscal”, afirmou o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, acrescentando que a pandemia mudou “dramaticamente” os resultados fiscais. A piora nas contas públicas, afirmou, é legítima para 2020, mas o efeito fiscal das medidas deve ficar restrito a 2020.

Além do Auxílio Emergencial, o governo já avalia a prorrogação da desoneração do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações de crédito e do Benefício Emergencial para Preservação de Renda e do Emprego (BEm), que compensa trabalhadores que tiveram redução de jornada e salário ou suspensão de contrato. “Ainda está em análise”, disse Waldery.

Sobre os riscos de os tributos cujos pagamentos foram diferidos durante pandemia não poderem ser recolhidos este ano, Waldery afirmou que o governo não trabalha com a possibilidade de um novo Refis. “A prorrogação de vencimento de impostos não é uma anistia”, afirmou.

Para o secretário, o cenário exige o retorno à agenda de reformas “tão logo tenhamos clareza de que a parte mais severa e aguda da crise tenha passado”. Ele citou a necessidade de o país avançar em pautas como a reforma tributária, o programa de redução dos custos de contratação, o pacto federativo e a autonomia do BC. Entre as prioridades, também colocou as privatizações e concessões e a revisão de marcos legais.

As propostas de emenda à Constituição (PECs) do Pacto Federativo devem ser reformuladas, afirmou. O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem dialogado com os relatores dessas matérias.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade

SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Adeus, rosto enrugado! Pesquisadores liberam ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

por taboola

Leia em Valor Investe

Indústria sobe em maio, sem recuperar perdas recentes

Por Ana Conceição e Bruno Villas Bôas — De São Paulo e do Rio

03/07/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

Recuperação parcial

Produção industrial - em %



Fonte: IBGE

Após a queda recorde no bimestre março e abril, a produção da indústria brasileira cresceu 7% em maio sobre o mês anterior, na maior alta desde junho de 2018, após a greve dos caminhoneiros. O crescimento, contudo, ainda ficou longe de compensar as perdas de 26,3% dos dois meses anteriores e ainda deixou o nível da produção 21,1% abaixo do registrado em fevereiro, mês que antecedeu as medidas de isolamento social para conter a pandemia.

O aumento na produção de veículos (244%), derivados de petróleo (16,2%) e bebidas (65,6%) puxou o resultado da indústria geral no mês, que ficou dentro do esperado por analistas. A expectativa, segundo eles, é que os números continuem a melhorar, mas a magnitude dessa recuperação ainda é uma incógnita. É certo que o setor - que já vinha mal antes da pandemia - continuará deprimido.

Para Fernando Montero, economista-chefe da corretora Tullet Prebon, o dado reforça a ideia de que abril foi o fundo do poço da atividade. Mas a recuperação tem um longo caminho. A título de exemplo, diz, depois da queda de 84,2% entre março e abril, a produção de bens duráveis precisaria crescer 531% para retomar o patamar de fevereiro.

“Permanece bastante incerto o ritmo de recuperação do consumo e da indústria. Mesmo com perspectivas melhores para o futuro próximo, o setor continuará em patamares muito inferiores aos do ano passado e a projeção para 2020 continua bastante negativa”, afirma Rodrigo Nishida, da LCA Consultores. Uma das grandes incertezas é a evolução da pandemia, que tem sido mais intensa e duradoura que o esperado, forçando a prorrogação das medidas de distanciamento social ou o recuo de medidas de flexibilização, afirma.

A estimativa preliminar da LCA para a produção industrial de junho é de alta de 7,3% sobre maio, feito o ajuste sazonal, mas ainda deve registrar queda forte, de 10,5%, na comparação com o mesmo período do ano passado. A projeção é preliminar já que os principais indicadores antecedentes, como a produção de veículos, fluxo nas estradas e consumo de energia, ainda não foram divulgados.

Nishida também destaca que o setor externo não deve ajudar a indústria por causa da elevada ociosidade da manufatura no mundo e a recessão que atinge quase todos os países do globo, incluindo os latino-americanos, importantes mercados para a produção brasileira.

Lisandra Barbero, economista da XP Investimentos, diz que a produção industrial trouxe pontos positivos, como a forte alta na produção de bens duráveis (92,5%), puxada por veículos, mas o dado agregado veio bem abaixo do esperado pela casa, de 15,1% sobre abril. O principal desvio foi o resultado da produção extrativa, que

engloba petróleo e minério de ferro, para o qual se esperava crescimento, mas houve queda de 5,6%.

A crise gerada pela pandemia reforça o quadro de fragilidade da indústria, que não vem de hoje, diz ela. Na comparação com o mesmo período do ano passado, maio registrou a sétima queda consecutiva na produção. "Nosso índice de difusão mostra que apenas 30% dos segmentos industriais têm dito crescimento consistente num horizonte de seis a 12 meses."

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Adeus, rosto enrugado! Pesquisadores liberam ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Médico Alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!
DR. RAFAEL FREITAS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Marcelo Odebrecht ataca família e defende na Justiça direito a R\$ 52 milhões



Por **Claudia Safatle**

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter es... [ver mais](#)

Na economia o pior já passou, diz o governo

Para os técnicos da área econômica, as projeções do FMI estão erradas

03/07/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

Para os economistas do governo, as projeções do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial para o nível de atividade do país este ano estão simplesmente "erradas". O FMI divulgou, na revisão do World Economic Outlook, uma queda de 9,1% do PIB e o Bird calculou em 8% a recessão no Brasil. Os técnicos do FMI consideraram uma retração de 0,6% no Produto Interno Bruto (PIB) para cada semana de isolamento social, mais que o dobro do estimado pelo Ministério da Economia (- 0,27%) e por um período maior do que o preconizado pelos economistas locais.

Nas contas do Fundo Monetário, depois do tombo levado pela atividade econômica doméstica, que atingiu o fundo do poço em abril, não haveria praticamente nenhuma recuperação, segundo o relato de assessores da área econômica que estiveram com os enviados do Fundo. O ministro da Economia, Paulo Guedes, qualificou os prognósticos do FMI de "chute".

Para os economistas oficiais, as projeções do FMI estão erradas

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do ministério continua apostando em uma recessão próxima a 4,7%. No Banco Central, a última revisão do Produto Interno Bruto (PIB) aponta para um desempenho pior: queda de 6,4% este ano. Ambos, contudo, convergem no entendimento de que o pior já passou e buscam nos dados de alta frequência as informações que sustentam a avaliação de que a economia já começou a reagir.

“Em relação ao que se esperava em abril, que eram dados muito ruins, eles estão vindo só ruins”, pontuou um dos secretários do ministério, para deixar claro que apesar de alguma perspectiva melhor não há razão para grandes comemorações. Isso é o que estariam mostrando as informações sobre emissão de nota fiscal e de vendas no cartão, dentre outras.

Os demais indicadores que chamam a atenção dos técnicos da área econômica e que apontam para o início de um processo de retomada da atividade, embora esta ainda esteja bem abaixo do período pré-pandemia, são:

Emplacamento de veículos: depois de uma retração de mais de 70% entre fevereiro e abril, o número de veículos emplacados em maio e junho aumentou, respectivamente, 12% e 84%, ajustados os efeitos sazonais. O dado desagregado revela forte aumento no emplacamento de caminhões, superando em junho os patamares pré-crise, segundo informações da Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores).

Consumo de energia elétrica: após recuar 16%, em meados de abril confrontado com igual período do ano passado, o consumo de energia aumentou nas últimas semanas, segundo informações do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico). Dados do fim de junho indicam que o consumo se encontra apenas 5% abaixo de igual período de 2019. “O dado é volátil, e apresenta heterogeneidade regional, mas a tendência é robusta: há uma melhora consistente nesse indicador nas últimas semanas”, atestam os economistas oficiais.

Faturamento do varejo (ICVA -Índice Cielo do Varejo Ampliado): o faturamento nominal do varejo teve queda de mais de 50% no fim de março, quando começou o isolamento social. É possível notar, porém, uma recuperação nas últimas semanas. Na última semana de junho constata-se um recuo de 24% em relação a período

comparável antes da pandemia. “Há diferenças setoriais importantes, mas os dados sugerem recuperação consistente em diversos setores”, asseguram os técnicos.

Dados de mobilidade do Google: o Google elaborou um relatório para identificar os impactos que a pandemia da covid-19 causou no distanciamento social e nas tendências de mobilidade. A base de comparação é um valor médio das cinco semanas entre o dia 3 de janeiro e 6 de fevereiro de 2020 (pré-pandemia). Os últimos dados disponíveis são do dia 27 de junho e apontam uma melhora expressiva na mobilidade para locais de trabalho e mercearia e farmácia. “Já os dados de varejo e recreação são mais heterogêneos por região e encontram-se em patamares ainda baixos”, ponderam.

A SPE elaborou um indicador proprietário que sintetiza os dados do Google e revela que após recuar aproximadamente 55% em abril, o indicador encontra-se atualmente próximo de 30% negativos.

Confiança empresarial: depois de passar por uma queda de mais de 40% entre março e abril, a confiança voltou a subir, informa a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os meses de maio e junho mostraram avanço de 8.2% e 19.1% na margem, respectivamente, com ajuste sazonal.

Incerteza econômica: o indicador da FGV começou a recuar na margem em maio (-9.6%) e junho (-8.8%), depois de acumular uma alta de 83% no período entre o início da pandemia e abril. Mesmo com as quedas, a incerteza continua elevada.

A ampliação, por mais dois meses, do auxílio emergencial para os trabalhadores informais, desempregados e microempreendedores individuais (MEI) e o impacto dessa ajuda na expansão da massa salarial, assim como o aumento da oferta de crédito para as médias, pequenas e microempresas, devem ajudar na retomada da atividade.

O auxílio deverá ser pago em três parcelas de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300 e vai disputar o peso dessa renda no PIB com o risco fiscal que o gasto com esses pagamentos traz embutido.

Entre os economistas oficiais não há grandes esperanças de que os bancos em geral vão se engajar, efetivamente, em conceder crédito para o universo de micro e pequenas empresas - cujo risco de falência aumentou muito nesta crise - apesar das garantias asseguradas pelo Tesouro Nacional. Até agora, apenas a Caixa, por ser um banco 100% estatal, está operando com a linha do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).

Do ponto de vista do comportamento do PIB é melhor um abre e fecha do comércio de bens e serviços, pautado pela evolução da doença, do que manter um estrito isolamento social em que funcionam somente supermercados e farmácias.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras
E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade

SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Adeus, rosto enrugado! Pesquisadores liberam ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

Programa deve começar ao fim do auxílio emergencial

Valor do benefício deve girar em torno de R\$ 300

Por **Lu Aiko Otta e Marcelo Ribeiro** — De Brasília

03/07/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, tem se reunido pelo menos três vezes a cada semana para concluir, até o fim de agosto, o novo programa de assistência social, batizado de Renda Brasil. A meta é que tenha condições de operar assim que terminarem as duas parcelas adicionais do auxílio emergencial, de forma que haja continuidade. Mas há dúvidas se a transição dessa forma será possível.

O valor será menor e uma fonte estima algo próximo a R\$ 300. Vai depender dos recursos que sejam encontrados para bancar o programa sem pressionar demais as contas públicas.

A proposta do governo é fundir programas de assistência que não têm dado o resultado esperado, como é o caso do seguro-defeso, e acabar com alguns benefícios tributários setoriais.

Guedes buscou ganhar tempo, ao propor que as duas parcelas adicionais de R\$ 600 para o auxílio emergencial propostas pelo Congresso fossem desdobradas, de forma a gerar efeitos durante três meses. A ideia é pagar R\$ 500,00 ainda no início de julho e outros R\$ 100,00 no fim do mês. Em agosto, seriam duas parcelas R\$ 300,00 uma no início e outra no fim do mês. Há, porém, dificuldades operacionais para entregar o dinheiro a todos os beneficiários de uma vez, informa outra fonte.

O pagamento das parcelas adicionais ainda estava em discussão ontem, segundo informou o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues.

A substituição do auxílio emergencial de R\$ 600 por um benefício permanente de R\$ 300 encontra respaldo em setores do Congresso Nacional.

Deputados e senadores querem, no entanto, que o pagamento seja mantido a todos os beneficiários.

Integrantes da cúpula do Legislativo já alertaram a equipe econômica sobre a importância de a construção do programa de renda mínima ocorrer com celeridade. Se isso não sair do papel até agosto, o time de Guedes já teria sido intimado sobre a pressão que deve partir do Parlamento para que o auxílio emergencial seja prorrogado novamente.

Nos bastidores, parlamentares têm aprovado a ideia do governo de manter o valor do programa de renda mínima igual a última parcela do benefício emergencial. O temor é que esse montante fosse ainda menor do que R\$ 300 e obrigasse deputados e senadores a pressionar o governo a oferecer um benefício melhor.

Guedes costuma repetir que, com o pagamento do auxílio emergencial, o governo “descobriu” 38 milhões de informais no Brasil. São pessoas que não trabalham com carteira assinada nem estavam nos programas assistenciais. Para esse público, a ideia é oferecer duas portas de saída do Renda Brasil. A primeira é pela via do trabalho formalizado, com a contrato Verde-Amarelo. Como informou o **Valor** no último dia 30, o governo pretende permitir que pessoas sejam contratadas por hora, respeitando a proporcionalidade com o salário mínimo. E o pagamento seria livre de impostos.

A formalização e a simplificação do emprego são duas estratégias para enfrentar o estoque de desempregados que a pandemia deverá produzir.

A outra via para elevar a renda dos beneficiários do Renda Brasil é pelo empreendedorismo. O governo trabalha com a ideia de conceder empréstimos por meio das maquininhas de cartão de crédito. Esse mesmo mecanismo poderá ser utilizado para a concessão de microcrédito.

Renda Brasil sai se teto for mantido, diz Sachsida

Governo descarta medidas que comprometam limite de gastos para financiar o programa de transferência de renda

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

03/07/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas



Adolfo Sachsida: programa “será feito com a realocação orçamentária, tirando recursos de outros menos eficientes” — Foto: Edu Andrade/Ascom/ME

Uma das condições do governo para definir o novo programa de transferência de renda - que vem sendo chamado de Renda Brasil - é a manutenção do teto de gastos, segundo informou o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, em entrevista ao **Valor**. Ou seja, a proposta do governo para o novo programa não prevê despesa adicional que possa comprometer o limite de gastos da União, definido na emenda constitucional 95/2016.

O valor do benefício que será concedido ainda não foi definido, pois, segundo o secretário, isso dependerá dos critérios de elegibilidade ao programa. “Ainda estamos trabalhando nas contas”, disse. O governo também não calculou o custo fiscal do Renda Brasil.

Em recente estudo feito para o Insper, o economista Marcos Mendes estimou os custos de várias opções de programas de transferência de renda, mostrando que eles variam de R\$ 33 bilhões por ano (no caso da duplicação do orçamento do Bolsa Família) a R\$ 918 bilhões por ano (no caso de uma renda mínima de R\$ 400 para cada brasileiro).

Sachsida disse que o novo programa de transferência de renda do governo resultará da fusão de outros programas assistenciais que já existem. “Ele será feito com a realocação orçamentária, tirando recursos de programas menos eficientes e passando recursos para os mais eficientes”, explicou. “A ideia é termos um programa mais robusto”.

O secretário não confirmou se o novo programa vai incorporar os trabalhadores informais, que atualmente recebem o auxílio emergencial, em função da pandemia, ou se os benefícios atingirão apenas as famílias que hoje recebem o Bolsa Família. “Todas essas opções estão sendo analisadas”, afirmou. Mas, se dependesse de Sachsida, as crianças seriam o foco.

O comentário nos bastidores da área técnica é de que o valor do benefício do novo programa ficará em torno de R\$ 300. Alguns técnicos observam que o ministro da Economia, Paulo Guedes, quer pagar as duas parcelas adicionais de R\$ 600 do auxílio emergencial, recentemente autorizadas pelo presidente Jair Bolsonaro, em quatro vezes. A última parcela seria de R\$ 300. Isso foi entendido como uma preparação para o novo programa.

Em seu estudo para o Insper, Mendes aponta várias dificuldades e limitações para a fusão dos atuais programas de assistência social em um só. Algumas propostas em discussão consideram, por exemplo, a incorporação ao novo programa do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da aposentadoria rural, que consomem R\$ 153,1 bilhões por ano.

Mendes, que foi assessor do ministério da Fazenda no governo do ex-presidente Michel Temer, lembra que, na recente reforma da Previdência Social, os deputados e senadores rejeitaram qualquer mudança no BPC e na aposentadoria rural. Para o economista, “o máximo que se poderia esperar dessas fontes é que seus beneficiários não acumulassem benefícios do novo programa”. Supondo que seja possível obter essa limitação de acesso, Mendes estima que o público alvo do novo programa diminuiria em 13,6 milhões de pessoas.

A extinção do abono salarial, do salário família e do seguro defeso resultaria em uma economia de R\$ 24,6 bilhões, permitindo quase duplicar o Bolsa Família. Mas ele alerta para as dificuldades políticas, pois, no caso da extinção do abono salarial, seria necessário aprovar uma emenda constitucional. Além disso, os recursos só estariam disponíveis um ano e meio depois, devido à defasagem entre o período aquisitivo e o efetivo pagamento do benefício.

Mendes conclui, em seu trabalho, que, com um grande esforço de reforma, “seria possível levantar recursos da ordem de R\$ 80,3 bilhões por ano, mediante extinção de programas sociais já existentes, revisão de renúncias fiscais, como deduções e isenções no âmbito do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) e reoneração da cesta básica, e congelamento temporário dos salários dos servidores.

Com a quantia de R\$ 80,3 bilhões, Mendes calcula que seria possível pagar um benefício de R\$ 133,80 por mês para 50 milhões de pessoas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.